

Assunto: Posse novos desembargadores

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 03/01/2014

Editoria: CAPA DOIS

Seção:

capa dois

TCE: Valdecir assume comando

O conselheiro Valdecir Pascoal assumiu, ontem, a presidência do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE) para o biênio 2014-2015, substituindo a conselheira Teresa Duere. A posse foi realizada em sessão especial do Pleno e contou com presença de todos os conselheiros do órgão, além do ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcos Vinicius Vilaça e da procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra. A cerimônia festiva será na próxima terça-feira (7), às 17h, no auditório do TCE.

Na ocasião, também foram empossados os conselheiros Carlos Porto (na vice-presidência), Marcos Loreto (Corregedoria), Dirceu Rodolfo (direção da Escola de Contas), João Campos (chefia da Ouvidoria), Ranilson Ramos (presidência da Primeira Câmara) e



GESTÃO Valdecir Pascoal assume Corte no biênio 2014-2015

Teresa Duere (presidência da Segunda Câmara).

Valdecir Pascoal anunciou algumas metas a serem alcançadas nos próximos dois anos de sua gestão. Entre os objetivos estão melhorar a qualidade das auditorias, aperfeiçoar a comunicação com a

sociedade e desenvolver programas através da Escola de Contas, como forma de dar mais assistência aos pequenos municípios. Ele chegou ao TCE em 1991, através de concurso público para auditor das contas públicas. Em seguida, fez novo concurso para o car-

go de auditor substituto e nesta função chegou ao posto de conselheiro da Corte.

TJPE

Os magistrados Odilon de Oliveira Neto, Rafael Machado da Cunha e Itamar Pereira da Silva Júnior também tomaram posse, ontem, como novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Eles foram eleitos, em dezembro do ano passado, para ocuparem os cargos criados pela Lei Complementar 232, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) no dia 11 de junho de 2013, e pela Lei Complementar 235, publicada no DOE, no dia 3 de setembro, também do ano passado.

Odilon de Oliveira e Rafael Machado tornaram-se desembargadores pelo critério de antiguidade. Já o magistrado Itamar Pereira atendeu ao critério de merecimento.

Clemilson Campos/JC Imagem

Assunto: Secretário de Queiroz mantém o silêncio

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 03/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Secretário de Queiroz mantém o silêncio

PONTO FINAL À frente da Secretaria de Relações Institucionais, Marco Casé (PTB) evita comentar investigação policial e prisão de vereadores. “Isso é com a polícia”, diz

Pedro Romero

promero@jc.com.br

CARUARU – Apontado nos bastidores como interlocutor da Prefeitura de Caruaru durante as investigações da Polícia Civil que levaram à prisão de dez dos 23 vereadores desta cidade do Agreste, o secretário de Relações Institucionais, Marco Casé (PTB), mantém o silêncio sobre o assunto. Desde o início do inquérito, nem a polícia e nem o governo municipal informou quem seria o responsável pelas negociações que, segundo os policiais, foram gravadas.

Nos bastidores, o secretário municipal Marco Casé é apontado como o representante da prefeitura que teria revelado o escândalo que resultou nas prisões e na suspensão do



INQUÉRITO Delegado Erick Lessa comandou operação que resultou nas prisões dos vereadores

Wagner Gil/Especial para o JC

mandato dos parlamentares.

"Isso é com a polícia, só quem pode falar sobre isso é o delegado Erick Lessa (delegado regional)", disse ontem o secretário ao ser questionado sobre seu possível envolvimento nas investigações da suposta cobrança de propina pelos vereadores. Os encontros teriam acontecido na sede da Central de Abastecimento de Caruaru (Ceaca), que tem Marco Casé como diretor.

Mesmo não querendo se entender no assunto, o secretário negou que, por conta desses problemas e de possíveis ameaças, esteja usando um carro blindado, como também tem sido comentado nos bastidores da política caruaruense. "Isso não procede", resumiu Casé, que é ex-vereador.

A Secretaria de Relações Institucionais tem como principal função intermediar o relacionamento entre o Poder Executivo e o Legislativo e foi criada nesta segunda gestão do prefeito José Queiroz (PDT). O secretário executivo da pasta é o radialista Davi Cardoso, que teve que prestar

esclarecimentos na delegacia, no dia 18 de dezembro, quando foi desencadeada a operação Ponto Final.

Os dez vereadores estão sendo acusados de crime de concussão, por terem supostamente cobrado propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto do Executivo para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit). Eles foram presos e liberados através de habeas corpus.

De acordo com o delegado regional Erick Lessa, a operação Ponto Final colheu 37 depoimentos e fez 763 horas de gravação divididas da seguinte forma: 360 horas de interceptação telefônica; 367 horas de interceptação ambiental (áudio e vídeo) e 36 horas de escuta ambiental (áudio). O trabalho foi feito com o apoio do Ministério Público e as gravações realizadas com autorização da Justiça e acompanhamento do MPPE.

O inquérito, com quase 800 páginas, foi encaminhado ao Ministério Público na semana passada.

Advogados se reúnem para preparar defesa

CARUARU - Os advogados de defesa dos dez vereadores afastados do cargo por 180 dias se reúnem hoje, no Recife, com o objetivo de definir as estratégias para derrubar a liminar da Justiça que determinou o afastamento dos parlamentares. Pelo menos três defensores vão atuar em conjunto para tentar fazer com que os acusados voltem a ocupar os cargos.

"Estaremos nos reunindo amanhã (hoje) para definir a estratégia. Fomos procurados pelos dez vereadores para tentar reverter a medida cautelar que determinou o afastamento deles", informou o advogado Marcílio Cumarú. O irmão dele, Marcelo Cumarú, também faz parte da equipe de defesa.

O outro advogado que está na equipe é Saulo Amazonas. Seguindo ele, antes de qualquer iniciativa, o processo será analisa-

do. Entre outras coisas, os defensores vão decidir se a defesa será individual ou coletiva. As ações só devem ser protocoladas na próxima semana.

A liminar que determinou o afastamento dos vereadores acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura de Caruaru foi expedida pela 4ª Vara da Fazenda Pública do município. O Ministério Público também recomendou à Câmara municipal a cassação dos parlamentares, mas o presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD) disse que ainda espera um parecer da sua assessoria jurídica.

Os vereadores afastados são: Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jádriel (PROS).

Assunto: Magistrados tomam posse	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 03/01/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

JUSTIÇA

Magistrados tomam posse

Os magistrados Odilon de Oliveira Neto, Rafael Machado da Cunha e Itamar Pereira foram empossados como desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ontem. A cerimônia contou com a presença de magistrados, membros do Ministério Público, familiares e amigos. A eleição ocorreu em sessão do Tribunal Pleno no dia 18 de dezembro. Os magistrados Odilon de Oliveira Neto e Rafael Machado foram eleitos pelo critério de antiguidade. O juiz Itamar Pereira foi promovido pelo critério de merecimento.

Assunto: Pedro Corrêa segue no Cotel. Filha ataca PF.

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 29/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Pedro Corrêa segue no Cotel. Filha ataca PF

PRISÃO Transferência para presídio de regime semiaberto deve ficar para janeiro. Uso de algemas deixa indignada a família do ex-deputado



CENA A transferência de Corrêa, algemado, indignou Aline, que ameaça ação judicial



Condenado no processo do mensalão a sete anos e dois meses de prisão, o ex-deputado federal Pedro Corrêa deverá permanecer no Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Lima (Cotel), em Abreu e Lima, até o início de janeiro. O juiz da 1ª vara de Execuções Penais, Luiz Gomes da Rocha Neto, disse ontem que não há urgência na transferência do ex-parlamentar, que chegou ao Recife na sexta-feira (27), transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. A expectativa é de que o pedido de transferência para um presídio semiaberto do Estado só seja analisado após o recesso do Judiciário, que segue até 2 de janeiro.

Segundo o juiz, “não há nada que motive a transferência dele de imediato”. O Cotel é o presídio onde todos os presos são direcionados no Estado, até que os pedidos de transferências sejam analisados. A documentação enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não especifica em qual unidade prisional o ex-deputado deveria ficar preso. Por isso, a Justiça estadual vai analisar a solicitação de Corrêa e avaliar para qual presi-

dio o condenado poderá ser encaminhado. Em Pernambuco, apenas quatro penitenciárias possuem o regime semiaberto: em Itamaracá (Grande Recife), Canhotinho (Agreste), Salgueiro e Petrolina, ambas no Sertão. O mais provável é que o ex-deputado seja transferido para a Penitenciária Agroindustrial São João (PAI), em Itamaracá.

PROTESTO

Filha de Pedro Corrêa, a deputada federal Aline Corrêa (PP-SP) divulgou nota condenando a Polícia Federal por ter usado algemas para fazer a condução do pai de Brasília ao Recife. A família do ex-deputado avalia tomar medidas judiciais por conta do constrangimento. Ao descer do avião, Corrêa estava com uma toalha em cima das mãos, como se quisesse esconder o fato de estar algemado. A filha, entretanto, diz que o ex-deputado pediu para ficar sem as toalhas, mostrando, dessa forma, a ilegalidade de estar usando algemas – conforme súmula vinculante do STF –, mas não teve o pedido atendido.

“Meu pai acaba de sofrer a mais indevida de todas as punições, da qual jamais se livrará. Essa injustiça será provada no futuro. E eu, como filha, vou tomar todas as medidas cabíveis e necessárias para que ninguém, independente de quem quer que seja, sofra o constrangimento e a humilhação de execrações públicas. Sem uma postura responsável, de respeito à legislação, jamais haverá, em nosso País, o Estado democrático de Direito”, disse, indignada, Aline, que acusou a finalidade de se criar uma “imagem-espetáculo”.

Assunto: Justiça fecha o cerco contra maus gestores

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 29/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Justiça fecha o cerco contra maus gestores

JUDICIÁRIO Para avançar com a Meta 18 estabelecida pelo CNJ, o TJPE e o TRF-5 monitoram juizes para julgar processos. Volume analisado em 2013 supera o de 2012

Gabriela López

glopez@jc.com.br

Na tentativa de avançar com a Meta 18 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - segundo a qual os tribunais do País deveriam julgar até o fim deste ano os processos contra a administração pública e de improbidade administrativa distribuídos até 31 de dezembro de 2011 -, as instâncias judiciárias pernambucanas fecharam o cerco contra gestores públicos este ano.

Segundo relatório publicado no site do CNJ e atualizado mensalmente, apenas o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) apreciou - no decorrer deste ano - 807 ações, 223 a mais do que no comparativo com o ano passado. Já o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que, além de Pernambuco, engloba outros Estados do Nordeste, julgou 198 processos este ano, contra os 176 de 2012.

O gestor da Meta 18 em Pernambuco e desembargador do TJPE, Mauro Alencar, conta que conversa pessoalmente



Renato Spencer/JC Imagem/13-8-2007

BALANÇO Tribunal de Justiça julgou 807 processos neste ano. Já o TRF-5 analisou 198 ações

com os juizes do Estado para acompanhar o cumprimento. Além disso, ao longo deste ano, foram realizados sete encontros em cidades da Região Metropolitana do Recife e do interior com o objetivo de orientar sobre a meta.

Também foi criado um email específico para tirar dúvidas dos magistrados e manter a comunicação e firmado um convênio com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) com o objetivo de facilitar o contato dos juizes com os técnicos do TCE, responsáveis, por exemplo, pelas auditorias nas contas públicas.

“Ainda realizamos um levantamento no banco de dados de todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública onde os juizes podem consultar sentenças anteriores. Isso pode agilizar o julgamento no caso de ações que são parecidas”, completa o desembargador.

Apenas no mês passado, pe-



FOCO Mauro coordena meta

Ivan Alecrim/JC Imagem

lo menos três ex-prefeitos foram condenados por improbidade administrativa: Pedro Evangelista (Ibirajuba), Horário de Melo Sobrinho (Ouricuri) e Pedro Serafim (Ipojuca).

Dos 3.404 processos referentes à Meta que tramitam ou foram julgados no TJPE, 1.274 são por improbidade e 2.130 de crimes contra a administração pública.

O corregedor regional do TRF-5, Francisco Barros Dias, explica que processos que abrangem a Meta 18 são dos mais difíceis de julgar, porque dependem de provas. Muitos

possuem mais de uma testemunha e réus – que têm prazo de defesa – e solicitação de documentos junto a outros órgãos, como auditorias do TCE e relatórios do Ministério Público.

“Recomendamos aos juizes que atendam à Meta e fazemos o acompanhamento dos critérios do julgamento”, explica o magistrado.

A Meta 18 foi estabelecida em encontro nacional do Judiciário promovido pelo CNJ em novembro do ano passado, em Aracaju (SE). O controle do alcance da meta é feito por um grupo de monitoramento.

TJPE abaixo da média nacional

Apesar de ter aumentado este ano o número de processos julgados dentro da Meta 18, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ficou abaixo da média nacional no ranking de cumprimento. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a instância pernambucana possui 3.404 “processos alvo”, dos quais 1.391 foram apreciados, ou seja 40,86%, enquanto que a média geral foi 53,73%.

Entre 36 tribunais (incluindo os estaduais, regionais, militares e o Superior Tribunal de Justiça), Pernambuco apresentou o sétimo pior desempenho, na frente apenas de Minas Gerais (40,25%), Pará (31,47%), Paraná (25,50%), Amazonas (20,12%), Bahia (10,29%) e Piauí (8,33%).

O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP) teve o melhor aproveitamento (98,10%), julgando 309 dos 315 “processos alvo”.

Em nota divulgada pela assessoria de imprensa, o TJPE

justificou que, apesar de, percentualmente, estar “em uma posição não tão satisfatória” em números absolutos é o oitavo tribunal estadual que mais julgou ações este ano.

O órgão planeja realizar um mutirão com o objetivo de agilizar o andamento e o julgamento dos processos incluídos na Meta 18, cuja data ainda não foi definida.

Como nenhum tribunal conseguiu julgar todos os processos, no mês passado, em encontro nacional do Judiciário, o CNJ anunciou a ampliação do prazo da meta, pactuada no fim do ano passado. Com isso, em 2014, os tribunais terão de concluir o julgamento dos processos distribuídos até o final de 2011 e avançar na apreciação de ações que ingressaram no decorrer de 2012.

Ao todo, no Brasil, há 114.252 processos englobados na Meta 18, tendo sido julgados 61.390 em 2012 e 2013, restando ainda 52.862.

Assunto: Concordata 100%	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 29/12/2013
Editoria: ECONOMIA	Seção:

economia

Concordata 100%

Pernambuco virou a terra de especialização em pedidos de Recuperação Judicial com aprovação de 100% de pedidos no TJPE. Em 2012, (até novembro) foram 14. Este ano, 21 casos.

Assunto: Corrêa passa noite no Cotel

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 28/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Corrêa passa noite no Cotel

PENA Ex-deputado chega ao Recife, faz exame no IML e dorme no Cotel. Justiça não define qual presídio pernambucano ficará preso



Beatriz Albuquerque
Gabriela López
politica@jc.com.br

O ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado no processo do mensalão a sete anos e dois meses de prisão por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, desembarcou ontem em Pernambuco – transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde estava detido há cerca de 20 dias –, mas ainda não foi definida a unidade prisional do Estado onde ele continuará a cumprir a pena. Por enquanto, o ex-parlamentar ficará no Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, local onde passou a noite de ontem.

Inicialmente, a Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado (Seres) divulgou que Corrêa seguiria para a Penitenciária Agroindustrial São João, em Itamaracá, destinada a detentos em regime semiaberto, caso do ex-deputado. Entretanto, na noite de ontem, a assessoria de imprensa da Seres informou que a documentação encaminhada pela unidade prisional de Brasília não determinava onde ele deveria ficar. Portanto, foi encaminhado à 1ª Vara de Execução Penal do Estado um requerimento para que seja definido o local de cumprimento da pena. Desde o último dia 24, o Poder Judiciário pernambucano está em recesso forense, funcionando em regime de plantão.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, fez o traslado do ex-deputado para Pernambuco e recebeu o apoio da Polícia Federal (PF). Antes de seguir para o Cotel, Corrêa, que chegou algemado, passou por exame de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML).

Segundo a Seres, Corrêa só poderá sair da unidade prisional em duas situações: por salvo conduto, que são 35 dias por ano, divididos em cinco períodos de sete dias; ou para trabalho externo, caso receba autorização do Poder Judiciário. Nesses casos, em geral, o prisioneiro sai às 7h e retorna às 17h.



MOMENTOS O ex-deputado Pedro Corrêa desembarcou ontem à tarde no Recife, em voo comercial, e foi colocado em uma van, ainda na pista do aeroporto. Foi levado ao IML, onde foi recebido pelo primo Clóvis Corrêa. Depois dos exames, ele foi levado para o Cotel

Esquema federal na vinda ao Recife

A Polícia Federal (PF) programou um esquema para preservar a imagem do ex-deputado Pedro Corrêa durante o desembarque no Aeroporto Internacional do Recife e o caminho até o Centro de Triagem (Cotel).

Ele desceu do avião – que fez voo comercial – com o rosto abaixado e utilizando uma toalha para cobrir as algemas usadas durante todo o traslado. Logo em seguida, entrou em uma van disponibilizada pela Polícia Federal “para evitar indisposições para o próprio Pedro Corrêa”, segundo a assessoria de imprensa da PF.

Corrêa não saiu pelo saguão principal. Foi levado direto para o IML, pela porta dos fundos. Três agentes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) fizeram a escolta no avião e quatro policiais federais, no transporte terrestre.

Antes de ser encaminhado para o Cotel, onde ficará até que seja definido o local onde continuará a cumprir a pena – provavelmente a Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ), em Itamaracá –, o ex-parlamentar passou por exame

de corpo de delito no Instituto de Medicina Legal (IML), acompanhado pelo ex-vereador do Recife Clóvis Corrêa, seu primo. Ele também cobriu as algemas ao descer do carro e em nenhum momento falou com o batalhão de jornalistas e curiosos presentes.

Em entrevista à imprensa, Clóvis Corrêa garantiu que o primo “está bem” e que não “pegou em dinheiro”. “Ele, como presidente do PP, apenas indicou que o dinheiro fosse para pagar o advogado de um deputado em Rondônia. Quem fazia tudo isso (desvio dos recursos) era (José) Janene (ex-deputado federal pelo Paraná, falecido em 2010)”, acusou o ex-vereador.

Como havia a expectativa de que o ex-deputado fosse encaminhado ainda ontem para a Penitenciária de Itamaracá, a presença de repórteres em frente à unidade atraiu a atenção de detentos. Alguns subiram em áreas elevadas para conferir a movimentação. Outros sequer sabiam o nome do político, mas demonstraram curiosidade com a chegada dele em conversa com jornalistas.

Cela reservada em presídio em Itamaracá

Caso a Justiça decida que o ex-deputado Pedro Corrêa cumpra pena na Penitenciária Agroindustrial São João, em Itamaracá, como é esperado, ele ficará no pavilhão de concessionados, destinado a detentos que trabalham na unidade prisional, ex-policiais, ex-servidores públicos – caso de Corrêa – e que possuem bom comportamento.

Nesta área, dois presos dividem uma cela, que dispõe de cama, banheiro e chuveiro. Além disso, em todo o sistema prisional, cada cela pode possuir um aparelho de TV de 14 polegadas e ventilador.

Nas demais áreas, uma cela é compartilhada por dezenas de condenados, já que a unidade tem capacidade para abrigar 630 pessoas, mas aloja, atualmente, cerca de 1,7 mil. Segundo a assessoria de im-

pressa da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres), Pedro Corrêa poderá trabalhar internamente, como auxiliar de cozinha, de enfermagem ou de manutenção do presídio, ou externamente como médico. Ele ainda tem a possibilidade de ser selecionado pelo setor psicossocial da unidade para integrar o projeto Nova Chance, pelo qual detentos atuam na manutenção de espaços públicos do Grande Recife.

No Centro de Triagem (Cotel), onde o ex-parlamentar ficará até a definição da unidade prisional, Corrêa divide a cela com outro detento. A área para onde ele foi encaminhado é similar ao pavilhão de concessionados da Penitenciária de Itamaracá: é considerada mais tranquila por ser reservada para ex-policiais e ex-servidores públicos.

Clemilson Campos/JC Imagem

Fotos: Bobby Fabisk/JC Imagem

O ex-deputado havia pedido para cumprir pena na cadeia pública de Jataúba, no Agreste, mas a solicitação foi indeferida na última quinta-feira (26) pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A Justiça também não autorizou que ele trabalhasse no posto de Saúde da Família de Santa Cruz do Capibaribe, a dez quilômetros de Jataúba.

Médico formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Corrêa continuou atuando como radiologista após sua aposentadoria. Com 28 anos dedicados à política, exerceu o cargo de deputado federal durante 22 anos.

De acordo com a assessoria do Conselho de Medicina de Pernambuco (Cremepe), a única exigência para um médico atuar no Estado, mesmo aposentado, é ter um registro do Conselho Regional de Medicina emitido em Pernambuco. Em relação ao registro de Corrêa, o Cremepe não concedeu informações.

Assunto: Mandato em risco	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 27/12/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do  commercio

Mandato em risco

Presidente da Câmara de Caruaru encaminhará pedido de cassação dos acusados de extorsão. ➔ página 5

Assunto: Mesa do TJ	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 27/12/2014
Editoria: CADERNO C	Seção:

caderno C

Mesa do TJ

A posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco será no dia 6 de fevereiro. Frederico Neves assumirá a presidência; Leopoldo Raposo e Fernando Ferreira assumem a 1ª e a 2ª vices-presidências, respectivamente, e o cargo de corregedor-geral da Justiça será ocupado por Eduardo Paurá.

Assunto: Vereadores: mandato em risco

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 27/12/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Vereadores: mandato em risco

CARUARU Presidente da Câmara afirma que encaminhará à Comissão de Ética pedido de abertura de processo contra políticos presos

Carolina Albuquerque
calbuquerque@jc.com.br

O presidente da Câmara Municipal de Caruaru, vereador Leonardo Chaves (PSD), confirmou ontem que vai encaminhar à Comissão de Ética da Casa o pedido de abertura do processo de cassação dos mandatos contra os dez vereadores presos na semana

passada na Operação Ponto Final da Polícia Civil. O grupo é acusado de cobrar propina que chega a R\$ 2 milhões e vantagens para aprovar projeto um projeto do Executivo na Casa Legislativa.

Após negar num primeiro momento, o presidente acatou a recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pedindo a

abertura de procedimento para cassar os vereadores. "Vamos abrir o processo. Porém, o nosso regimento interno prevê que só pode ser cassado após condenado transitado em julgado", ponderou Leonardo Chaves. O presidente da Comissão de Ética da Câmara é o vereador Ricardo Liberato (PSC).

Por decisão da Justiça da

Vara da Fazenda Pública, os dez políticos estão afastados por 180 dias das atividades parlamentares, ainda que todos tenham sido liberados nos últimos três dias, após conseguir habeas corpus. No dia seguinte à prisão, que ocorreu no último dia 18, os suplentes dos dez vereadores foram empossados pelo presidente da Casa.

Os promotores responsá-

veis pela ação cautelar preparatória para a ação de improbidade administrativa são Bianca Stella e Mavíael Souza. Além de o MPPE recomendar a abertura do processo de cassação, foi orientado ao presidente da Câmara que anulasse a votação da sessão legislativa, que aprovou o empréstimo de R\$ 250 milhões para a construção do BRT (Bus Rapid

Transport) na cidade.

Os legisladores que estão envolvidos na operação são os governistas Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val das Rendeiras (PROS) e Pastor Jádriel (PROS) e seis da oposição – Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Jajá (PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB).



Wagner Gil/Especial para o JC

PRISÃO Cantarelli livre

Mais dois vereadores são liberados

Wagner Gil

Especial para o JC

Os dois últimos vereadores de Caruaru que continuavam presos na Penitenciária Juiz Plácido de Souza – Jádriel Nascimento (Pastor Jádriel), do PROS, e Eduardo Cantarelli (SDD) – foram liberados ontem à noite. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu habeas corpus para os livrar da cadeia.

Eduardo Cantarelli e Pastor Jádriel integram o grupo de dez vereadores presos pela Polícia

Civil durante a Operação Ponto Final, no último dia 18. A investigação policial – ainda em curso – apontou que os legisladores cobravam propina e vantagens indevidas do prefeito José Queiroz (PDT) para aprovar projetos de interesse do Executivo municipal.

Entre as matérias aprovadas, está o pedido de empréstimo da Prefeitura de Caruaru à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 250 milhões, para implantação do sistema de BRT (Bus Rapid Transit) no município.

Os vereadores Eduardo Cantarelli e Pastor Jádriel deixaram o presidio sem falar com a imprensa.

Todos os dez vereadores presos durante a operação já foram soltos após habeas corpus. Desde a última terça-feira (24), eles começaram a deixar a penitenciária. Naquele dia, foram liberados Sivaldo Oliveira (PP), Louro do Juá (SDD), Neto (PMN), Val das Rendeiras (PROS), Jajá (PPS) e Evandro Silva (PMDB).

No dia seguinte, foi a vez de os vereadores Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM) serem liberados do presidio. Ambos tiveram que pagar uma fiança, arbitrada pela Justiça, no valor de R\$ 2,5 mil, pelo flagrante feito pela Polícia Civil por porte ilegal de armas.

O advogado Marcílio Caruaru, que defende o vereador Eduardo Cantarelli, informou que os dez vereadores presos devem convocar uma entrevista coletiva no início da próxima semana. "Vamos nos reunir porque são vários advogados e dez clientes com interesses comuns. Existe ainda a possibilidade de a coletiva ser Recife", informou o defensor.

Assunto: Vereadores soltos, mas sem mandatos

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 26/12/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Vereadores soltos, mas sem mandatos

CARUARU Juiz da Fazenda Pública, José Fernando de Souza, acata ação do MPPE e suspende os legisladores por 180 dias. Ontem, mais dois deixaram a penitenciária

Presos durante a Operação Ponto Final da Polícia Civil sob a acusação de cobrar propina e vantagens para aprovar projetos na Câmara Municipal de Caruaru, seis dos dez vereadores liberados anteontem, após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conceder habeas corpus, vão recorrer na Justiça para reaver os mandatos, assumidos pelos suplentes, na semana passada, e derrubar a decisão de afastamento emitida pelas Varas cível e criminal. Assim que o Judiciário voltar do recesso, no dia 2 de janeiro, informou o advogado de defesa dos seis legisladores, Mavíael Peixoto, os procedimentos serão tomados.

Além da decisão da Vara criminal de determinar o afastamento dos dez vereadores envolvidos no processo, fazendo com que os suplentes assumissem os mandatos, o juiz da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, José Fernando de Souza, acatou ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pedindo a suspensão por 180 dias das atividades parlamentares dos vereadores.

“Vamos recorrer no momento oportuno, quando voltar do recesso (o Judiciário). Não fomos oficialmente notificados, nós da defesa técnica. Vamos deixar passar um tempo, porque estamos agora no calor dos ânimos, e essa decisão se-



LIBERDADE Vereador Louro do Juá deixou o presídio na noite da última terça-feira

rá apreciada pelo grupo de vereadores. Mas, com certeza, vamos questionar essa decisão (da Justiça)”, adiantou Mavíael.

Contudo, o assessor da comarca de Caruaru, Bruno Chagas, explicou que, independente de estarem soltos, os vereadores permanecerão afastados. “Salvo se recorrem. E, mesmo assim, a Justiça pode manter a decisão”, disse.

Na tarde da segunda-feira (23), o desembargador Gustavo Lima concedeu habeas corpus para oito dos dez vereadores. Saíram da prisão, na terça-

feira e ontem, os governistas Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB) e Val das Rendeiras (PROS) e cinco da oposição – Louro do Juá (SDD), Val (DEM) Jajá (PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB).

Familiares dos vereadores Cecílio Pedro e Val passaram o dia de Natal às voltas com o pagamento da fiança no valor de R\$ 2.500 para que eles deixassem a Penitenciária Juiz Plácido de Souza, coisa que só ocorreu na noite de ontem. A multa foi imputada pelo TJPE por conta do flagrante de por-

te ilegal de armas contra os dois.

Segundo o advogado Mavíael Peixoto, o juiz José Fernando de Souza havia determinado o recebimento do montante por cartório desde a terça-feira (24). Mas somente nessa quarta-feira foi possível conseguir um cartório de plantão para efetuar o pagamento.

Ainda ontem, os advogados dos vereadores Eduardo Cantarelli (SDD) e Pastor Jadiel (PROS) tentavam as solturas dos dois, mas até o fechamento desta edição, às 19h30, eles continuavam presos.

Assunto: Vereadores de Caruaru em liberdade	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 25/12/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do  commercio

Vereadores de Caruaru em liberdade

O TJPE concedeu habeas corpus para oito dos dez parlamentares presos por suspeita de extorsão.  **capa dois**

Assunto: Habeas corpus para oito vereadores

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 25/12/2014

Editoria: ECONOMIA

Seção:

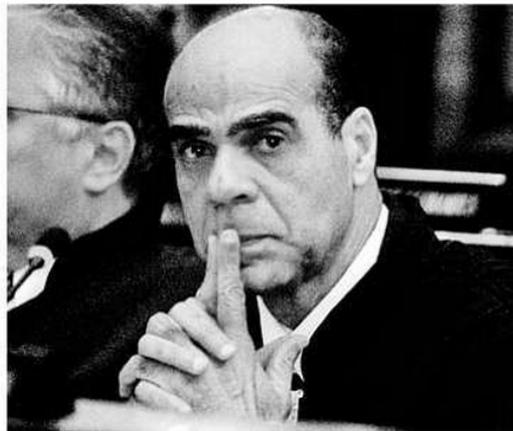
capa dois

Habeas corpus para oito vereadores

JUSTIÇA Desembargador Gustavo Lima acata pedido da defesa e concede liberdade para oito vereadores de Caruaru presos durante a Operação Ponto Final da Polícia Civil

O desembargador Gustavo Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), concedeu, ontem à tarde, habeas corpus para que oito dos dez vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final da Polícia Civil. Suspeitos de cobrar propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto de interesse do Executivo, eles foram presos no último dia 18. Até o fechamento desta edição, às 15h30, os acusados continuavam presos na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, aguardando a autorização do TJPE para deixar a prisão.

Receberam autorização para deixar o presídio os vereadores governistas Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Val das Rendeiras (PROS) e cinco da oposição – Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Jajá (PPS), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB).



SAÍDA Desembargador Gustavo Lima concedeu habeas corpus

A defesa de Eduardo Cantarelli (SDD) e Pastor Jadiel (PROS) tentava estender o benefício de relaxamento da prisão para seus clientes.

Segundo o defensor Mavíael

Peixoto, que representa seis dos oito vereadores que obtiveram habeas corpus, o desembargador Gustavo Lima entendeu, em seu despacho, que a soltura dos legisladores não colocaria em

risco à investigação policial – ainda em curso –, nem causaria perturbação à ordem pública. A decisão do TJPE foi mantida sob sigilo e apenas os advogados tiveram acesso às informações.

No pedido feito ao tribunal, o advogado Mavíael Peixoto argumentou que a prisão dos acusados se deu por “excesso de zelo” do juiz da 4ª Vara de Caruaru, Francisco Júnior – que autorizou as prisões –, pois os acusados são réus primários, têm residência fixa e o crime supostamente cometido não envolveu violência.

FIANÇA

Ainda ontem, o advogado dos vereadores Cecílio Pedro e Val tentavam, junto à Justiça, isentar os clientes do pagamento de fianças no valor de R\$ 50 mil arbitrada ao flagrante de posse ilegal de armas. “Foi um multa alta aplicada para este crime”, sublinhou Mavíael Peixoto.

Assunto: Habeas corpus para oito vereadores

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 25/12/2014

Editoria: ECONOMIA

Seção:

economia

MPPE quer cassação dos dez vereadores

LEGISLATIVO Promotora recomenda que Câmara de Caruaru abra processo de cassação contra vereadores presos. Justiça anula sessão que aprovou empréstimo à prefeitura

**José Accioly
Wagner Gil**

politica@jc.com.br

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu, ontem, uma recomendação à Câmara de Caruaru sugerindo a abertura de um processo de cassação dos dez vereadores presos durante operação da Polícia Civil, na semana passada. Eles são suspeitos de cobrarem propina ao prefeito José Queiroz (PDT), no valor de R\$ 2 milhões, para aprovar matérias na Casa. O MPPE também ingressou com uma ação cautelar de improbidade administrativa contra o grupo.

Ainda ontem, o juiz da Vara Pública do município, José Fernando Souza, deferiu uma liminar que anula a sessão legislativa que aprovou um pedido de empréstimo da prefeitura à Caixa Econômica Federal.

Na sessão, os vereadores aprovaram um projeto de lei que permite à Prefeitura de Caruaru contratar um financiamento, no valor de R\$ 250 milhões, para implantar o siste-



POLÍCIA Mais três integrantes da Casa prestaram depoimentos

ma BRT (Bus Rapid Transit) na cidade. Com a decisão da Justiça, o empréstimo fica suspenso e deverá ser apreciado pelos vereadores empossados na última sexta-feira (20).

Segundo a promotora do Patrimônio Público de Caruaru, Bianca Stella Barroso, cabe à Câmara decidir se abre o pro-

cesso de cassação ou não contra os vereadores presos. A notificação foi entregue ao presidente da Casa, o vereador Leonardo Chaves (PSD).

“A recomendação é no sentido de a Câmara deflagrar o processo de cassação, seguindo as normas do regimento interno. Cabe ao presidente da Casa de-

cidir, já que a Casa tem autonomia”, justificou a promotora.

Sobre o pedido de anulação deferido pela Justiça, a promotora informou que a sessão legislativa estaria “viciada” em virtude dos interesses dos vereadores investigados.

“Existia o vício na vontade e o desvio de função. Eles aprovaram o empréstimo, mas não temos como dissociar se essa decisão foi tomada de acordo com a função pública ou guiada pelos interesses pessoais”, cravou a promotora Bianca Stella Barroso. “Há o vício, seja pela retaliação ou na perspectiva de ganho”, acrescentou.

NOVAS OUIDAS

Ontem, mais três vereadores foram convocados pela polícia para prestar esclarecimentos. Foram ouvidos Edmilson do Salgado (PCdoB), Romildo Oscar (PTN) e Heleno do Inocoop (PRTB). Segundo o procurador da Câmara de Caruaru, todos os 13 vereadores da Casa que não estão presos já foram ouvidos pelo delegado Eric Lessa, responsável pelo inquérito.

Wagner Gil/Especial para o JC

Assunto: Condenado, Corrêa quer voltar a estudar

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 30/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Defesa do ex-deputado vai protocolar pedido para que ele trabalhe pela manhã e faça mestrado à noite

REBECA SILVA
rebecasilva.pe@dabr.com.br

O ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado no processo do mensalão a 7 anos e 2 meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, quer trabalhar pela manhã e fazer um curso de pós-graduação à noite, no Recife. A proposta ainda será apresentada à Justiça. A informação foi dada pelo primo do progressista, o desembargador aposentado Clóvis Corrêa. O ex-deputado está preso desde a última sexta-feira no Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, aguardando decisão judicial sobre a transferência para uma penitenciária de regime semiaberto, como determina a sua sentença. A expectativa é que a decisão seja tomada após o dia 2 de janeiro, quando as atividades públicas são retomadas. Ontem, dia de visita, Corrêa recebeu parentes, que levaram alguns mimos como ventilador, colchão, lençol, fronha e frutas.

Formado em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e especializado em radiologia, o ex-deputado também teria recebido a proposta para trabalhar durante o dia na Clínica Radiológica Dr. José Aguiar Pereira, no Derby, onde ele já teria atuado profissionalmente. "Ele poderia até fazer plantão no sábado ou domingo. Mas isso vai ser conversado. Va-

Condenado, Corrêa quer voltar a estudar



Família vai processar policiais por terem algemado Pedro Corrêa durante transferência

mos apresentar ao juiz", disse Clóvis. Questionado sobre a distância caso o ex-deputado seja transferido para um dos quatro presídios de regime semiaberto do estado (na Ilha de Itamaracá, em Canhotinho, Petrolina ou Salgueiro), Clóvis lembrou que o primo terá que usar uma tornozeleira de monitoramento. Pela Lei, Corrêa tem que retornar à unidade prisional às 17h. A reportagem tentou falar com o juiz

Luiz Gomes da Rocha Neto, da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, responsável por acompanhar o caso, mas ele não retornou as ligações.

Ação

Na próxima semana, a família do ex-deputado entrará na próxima semana com uma ação na Justiça Federal contra os três policiais do Departamento Penitenciário Nacional que fizeram a escolta do

ex-parlamentar de Brasília para o Recife, na última sexta-feira, e o trouxeram algemado. "Os agentes desrespeitaram a súmula vinculante 11 do Supremo Tribunal Federal (que diz que o detento só precisa ser algemado em casos de resistência ou de perigo à integridade física própria ou alheia) e o Estatuto do Idoso. Eles cometeram crime ao algemá-lo. Também o seguraram pelo cinturão como se fosse um marginal. A

imagem dele tinha que ser preservada. Ele tem 65 anos", acrescentou Clóvis, o único da família a se pronunciar ontem. Os parentes vão ainda encaminhar um pedido ao juiz Luiz Gomes da Rocha Neto para que o primo não cumpra pena na Penitenciária Agro Industrial São João (PAI), em Itamaracá. A família teme pela segurança de Pedro Corrêa já que a unidade sofre com a superlotação de presidiários.

+ saiba mais

Confira a pena e as distâncias entre o Recife, onde Pedro Corrêa quer estudar, e as cidades onde há unidades carcerárias com regime semiaberto

7 anos

e 2 meses é a pena que o ex-deputado deverá cumprir por causa da condenação no processo do mensalão

Distâncias dos presídios em relação ao Recife

Itamaracá	46 km
Canhotinho	206 km
Salgueiro	513 km
Petrolina	715 km

Assunto: Vereadores livres	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 29/12/2013
Editoria: A SEMANA	Seção:

a semana

POLÍTICA

Vereadores livres

A Justiça concedeu, em caráter liminar, habeas corpus para oito dos dez vereadores de Caruaru presos na operação Ponto Fino. Acusados de cobrar propina para aprovar projetos na Câmara Municipal do município, eles deixaram a Penitenciária Juiz Plácido de Souza.

Assunto: Desembargador Itamar Pereira é filho de magistrado	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 29/12/2013
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto



Herdeiro

José Itamar Filho, novo desembargador do TJPE, é filho de Itamar Pereira, que já ocupou o cargo e era um apaixonado por cinema, tanto que tinha em casa uma sala totalmente equipada para ver seus filmes. Antes de entrar na magistratura, ele foi comentarista esportivo na Rádio Clube, fazendo dupla com o irmão, o médico Laudenor Pereira.

Assunto: Grampos flagram vereadores – análise dos vetos fica para janeiro

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 28/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Grampos flagram vereadores

Gravações, filmagens e áudios, segundo a Polícia Civil, comprovam cobrança de propina na Câmara

JULIANA COLARES
jullianacolares.pe@dabr.com.br

Oito dos dez vereadores de Caruaru presos por cobrar propina para aprovar projetos de interesse da prefeitura podem pegar até 56 anos de

prisão. Eles foram indiciados seis vezes pelos crimes de concussão (crime contra a administração pública com exigência de vantagem indevida), corrupção passiva e formação de organização criminosa. Os demais – Sivaldo Oliveira (PP) e Cecílio Pedro (PTB) – foram indiciados três vezes pelos mesmos crimes e podem pegar até 28 anos de cadeia. O inquérito da operação Ponto Final, da Polícia Civil de Pernambuco, foi concluído ontem, com a entrega dos cinco vo-

lumes do inquérito e dos autos apartados com as medidas cautelares, num total de quase 800 páginas, ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

A investigação teve como foco a votação do projeto de lei que autoriza a prefeitura a contrair empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para implantar o sistema de transporte BRT (Trânsito Rápido por Ônibus) na cidade. Os vereadores foram presos um dia após a aprovação da proposta. Segundo o

delegado Erick Lessa, as provas colhidas nas 360 horas de interceptações telefônicas, 360 horas de gravações com câmeras escondidas e 36 horas de escutas ambientais foram suficientes para comprovar que não houve pagamento de propina por parte da prefeitura. Não houve quebra de sigilo bancário. De acordo com Lessa, o prefeito José Queiroz (PDT) disse ter tido informações sobre as cobranças, mas elas nunca foram feitas a ele diretamente.

+ saiba mais Com base nas investigações, a Polícia Civil estabeleceu as acusações e as penas que poderão ser imputadas contra os 10 vereadores

Concussão (uma vez), corrupção passiva (uma vez) e organização criminosa (uma vez)
28 anos de reclusão



Cecílio Pedro (PTB)
Aliado do prefeito José Queiroz, é uma das principais lideranças da Casa. Está no seu terceiro mandato. Tem como base o bairro do Salgado, o mais populoso da cidade



Sivaldo Oliveira (PP)
Também da base governista, é dono de uma rádio na cidade e seu eleitorado é "urbano" e ligado ao mundo do futebol. É o 3º secretário da Casa

Concussão (três vezes), corrupção passiva (duas vezes) e organização criminosa (uma vez)
56 anos de reclusão



Joseval (DEM)
Conhecido como Val, integra a oposição e está no seu segundo mandato. Foi condenado pelo TCE em 2011 e teve que restituir verbas indenizatórias



Evandro Silva (PMDB)
É um crítico feroz da gestão de José Queiroz. Neste ano, chegou a defender a bandeira da educação, afirmando, no ato de um protesto, que a cidade ia parar



Eduardo Cantarelli (Solidariedade)
Herdeu o capital político do seu irmão, Diogo Cantarelli, que optou por disputar o cargo de vice na chapa derrotada de Miriam Lacerda, na eleição de 2012



Jajá (PPS)
Foi preso pela segunda vez neste ano. A primeira, sob acusação de receptação de carro roubado, foi inocentado. Se disse vítima de armação ao ser preso



Louro do Juá (DEM)
Na Câmara, integra o grupo da oposição e é tido como um dos políticos mais habilidosos da Casa



Neto (PMN)
Exercendo seu primeiro mandato, tem base de atuação na Zona Rural de Caruaru, principalmente no Alto do Moura e no distrito de Taquara. Integra a oposição



Val das Rendeiras (PROS)
É um dos vereadores mais populares da Câmara. Ocupa a 2ª Secretaria. Recebeu o apelido em alusão à sua base eleitoral. Está no primeiro mandato



Pastor Jádriel (Pros)
Sua prisão foi vista como uma "surpresa". É pastor evangélico e uma de suas bandeiras é a ética e a família. Integra a oposição e, recentemente, trocou o PRTB pelo Pros

Polícia apresenta três como mentores

Três vereadores foram apontados pela Polícia Civil como chefes da organização criminoso acusada de cobrar propina da prefeitura para aprovar o projeto que trata da implantação do sistema BRT na cidade. Dois deles são da base de apoio do governo – Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) – e um da oposição – Joseval Bezerra (DEM), conhecido como Val de Cachoeira Seca. Apesar das investigações terem sido iniciadas em junho, a polícia só conseguiu coletar provas contra os dois primeiros a partir de 5 de dezembro. “Por serem mentores e mais bem articulados, não conseguimos obter provas contra eles antes”, afirmou o delegado responsável pelas investigações, Erik Lessa. O Ministério Público tem 15 dias para apresentar ou não denúncia contra os indiciados. Tanto o MP como a Justiça podem requerer novas diligências.

De acordo com o delegado, Sivaldo era o principal líder da situação. “Os três eram mentores. Eles encaminhavam os outros (vereadores), faziam a interação e mandavam representantes da situação conversar com a oposição. Mas pelo que a gente constatou, os secretários (da prefeitura responsáveis pela articulação política com o Legislativo municipal) não deram contrapartida (financeira à aprovação de projetos). Eles rechaçaram esse tipo de con-

data. Isso ficou bem mapeado e bem claro”, disse Lessa.

De acordo com o delegado, o vereador Pastor Jadiel disse, em depoimento, ter recebido R\$ 30 mil de outros dois vereadores a título de empréstimo. O delegado não quis dar informações mais aprofundadas sobre o assunto, alegando que o depoimento suscitará a abertura de uma nova investigação, mas adiantou que o suposto empréstimo tem relação com a votação da CPI criada para apurar denúncias de irregularidades na gestão do atual prefeito, nos anos de 2009 a 2011, apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

Presente à coletiva de imprensa concedida no fim da tarde de ontem pelos vereadores indiciados, o Pastor Jadiel foi o primeiro a ir embora. Afirmando que faz parte da igreja Adventista do Sétimo Dia, ele disse que guarda os sábados e que iria se recolher antes do pôr do sol de ontem. Perguntado sobre o empréstimo de R\$ 30 mil, saiu antes do escurecer sem dar nenhum esclarecimento. Segundo a polícia, Jadiel tentou obter o benefício da delação premiada, sem sucesso. A coletiva contou com a presença de todos os vereadores que estariam envolvidos no esquema. Só quatro deles falaram. Um dos porta-vozes, Sivaldo Oliveira, disse que todos são inocentes. (J.C.)



Erik Lessa deu detalhes de como funcionava o esquema

Análise dos vetos fica para janeiro

O presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), disse, ontem, que só vai tratar da anulação da votação do projeto do BRT em janeiro. O juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, se posicionou no sentido de tornar sem eficácia a aprovação do texto que trata do assunto, alvo de investigação da operação Ponto Final. Chaves disse que prefere que o assunto seja discutido com os demais vereadores, mas

afirmou que o mais provável é que a votação seja anulada.

Em relação à abertura de processo de cassação dos dez vereadores, o presidente da Casa disse que enviou ofício ao setor jurídico da Câmara solicitando posicionamento sobre o assunto, mas ainda não obteve resposta. Em Caruaru, as cassações são feitas em votações secretas. Os parlamentares já informaram que vão recorrer na Justiça para tentar reaver os mandatos. Todos já estão soltos.

Assunto: Algemas e nada de regalia para Corrêa

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 28/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Algemas e nada de regalia para Corrêa

Condenado a 7 anos de prisão, ex-deputado desembarca em Pernambuco para cumprir pena

ALINE MOURA
alinemoura.pe@dabr.com.br

Depois de passar quase um mês no Complexo da Papuda, em Brasília, o ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP) chegou ao Recife ontem e passou a primeira noite no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna, conhecido como Cotel, no município de Abreu e Lima. Ele enfrentou uma fila de triagem por cerca de três horas e ficou numa cela comum, segundo informações da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres). Ainda ontem, a Seres encaminhou um documento ao juiz da Primeira Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, para que ele analise o pedido de transferência do ex-parlamentar para uma penitenciária de regime semiaberto do estado.

Pedro Corrêa chegou de Brasília por volta das 14h30, num voo comercial no Aeroporto Internacional dos Guararapes, acompanhado de três policiais do Departamento Penitenciário Nacional. Ele desceu do avião



PAULO PAIVA/DP/D.A PRESS

Pedro Corrêa desembarcou no Aeroporto dos Guararapes acompanhado de três policiais

Família critica condenação

“

Esse negócio de que ele dormia em frente ao mar e agora vê o sol nascer quadrado é covardia”

Ex-presidente do PP nacional, Pedro Corrêa chegou ao Cotel acompanhado de dois parentes que também são advogados, o filho, Fábio Corrêa, e o desembargador aposentado do Tribunal do Trabalho, Clóvis Corrêa, também ex-vereador do Recife. Este último, que deixou o presídio por volta de 19h, contou que o primo ficou sozinho na sala de triagem e a família não pode ver as instalações onde ele iria permanecer.

Clóvis acredita que Pedro Corrêa é apenas um bode expiatório. “Vocês viram que os deputados encurralaram Dilma Rousseff (PT) para aprovar o Orçamento da União. Ele só foi aprovado porque ela liberou emendas”, atacou. O desembargador aposentado voltou a negar a existência de um mensalão no governo do ex-presidente Lula. “O PT não dava ministério para o PP. E a forma de ajudar o partido era dando ajuda de campanha”. (A.M.)

algemado e escoltado, porém com uma toalha branca por cima das algemas. Em seguida, foi levado ao Instituto Legal de Medicina (IML), no bairro de Santo Amaro, no Centro do Recife, onde fez exames de corpo de delito por quase uma hora antes de ser conduzido ao Cotel.

A chegada de Corrêa ao Recife foi cercada de desencontros. Inicialmente, fontes da Polícia Federal divulgaram que ele faria exames no IML e seguiria direto para a Penitenciária Agro Industrial São João (PAI), em Itamaracá. Mas ele foi levado ao Cotel, como todos os detentos que precisam passar por triagem, e dormiu lá, no presídio que tem cerca de 3 mil homens, sendo um dos mais conhecidos de Pernambuco. Os parentes preferem, contudo, que ele seja transferido para a penitenciária de Canhotinho, no Agreste do estado, após sair do Cotel.

Durante o percurso da Renault de cor branca que fazia o transporte do ex-parlamentar, de placas JGL 2751, uma viatura do BPtran parou o carro da reportagem que o seguia na Avenida Norte, em frente à Praça do Trabalho, para que o veículo à frente prosseguisse o trajeto sem o acompanhamento de perto. Só quando a van de Pedro Corrêa se afastou por mais de 300 metros, o policial liberou a passagem da imprensa.

Clóvis Corrêa, desembargador aposentado e ex-vereador

Ex-deputado recebe abraço do primo, Clóvis Corrêa



ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/DA PRESS

Mudança depende da Justiça

O Cotel foi feito para abrigar 311 reeducandos, mas tem quase cerca de três mil. Nas madrugadas de domingo, é semelhante a um campo de refugiados, com colchões espalhados no chão, crianças, idosos e mulheres que visitam os detentos. O filho de Pedro Corrêa, contudo, procurou passar a imagem de que o pai se preparou emocionalmente. "Ele está tranquilo", declarou, embora o ex-deputado possa ficar no presídio até o dia 2 de janeiro.

Fábio não deu detalhes sobre a transferência do ex-parlamentar para uma penitenciária de regime semiaberto. afirmou que a documentação do processo ainda não tinha chegado de Brasília à Primeira Vara de Execuções Penais de Pernambuco. Ele conversou rapidamente com a imprensa em frente ao Cotel, quando foi fumar duas vezes. Disse não ter mais nada a declarar sobre o que tinha acontecido. "Pedro Corrêa não está tão abalado não". (A.M.)

>> acesse



Confira vídeo sobre a chegada do ex-deputado Pedro Corrêa a Pernambuco

Assunto: Canhotinho vira novo objetivo de mensaleiro

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 28/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Canhotinho vira novo objetivo de mensaleiro

BERNARDO DANTAS/DP/D.A PRESS

Família de Pedro Corrêa diz que Penitenciária de Itamaracá oferece riscos à vida do reeducando

Depois de o Supremo Tribunal Federal vetar a transferência do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP) para a Cadeia Pública de Jataúba, a família está juntando esforços para que ele seja transferido para o Centro de Ressocialização do Agreste, no município de Canhotinho, distante a 210 quilômetros do Recife. Lá no interior, ele cumpriria a pena de 7 anos e dois meses de prisão em regime semiaberto após ser condenado pelo STF por envolvimento em crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo o desembargador aposentado Clóvis Corrêa, a Penitenciária Agro Industrial de Itamaracá (PAI) passou a ser a última opção, mesmo que o ex-deputado tenha residência fixa na Avenida Boa Viagem, na Zona Sul do Recife. De acordo com ele, apesar de ser semiaberto, a penitenciária da Ilha abriga muitos apenados que ainda são perigosos à sociedade. Mesmo que todos usem tornozeleira eletrônica. "O sistema peni-



tenciário é uma decepção. Ele disse que não quer regalias, não quer ser tratado de forma diferente, mas não há segurança nenhuma na PAI. Antes de chegar à cela dele, ele passa por uns duzentos presos. O próprio Cotel é mais seguro que a PAI", declarou Clóvis, que visitou as instalações da unidade prisional de Itamaracá.

Clóvis Corrêa frisou que o Centro de Canhotinho pode dar qualidade de vida ao ex-parlamentar. "Ele recebeu muitos convites pa-

ra trabalhar como médico no interior", observou.

Jataúba

O STF indeferiu na última quinta-feira o pedido de transferência de Pedro Corrêa para a Cadeia de Jataúba, a 218 quilômetros do Recife, também no Agreste. O juiz Luiz Gomes da Rocha Neto justificou que o local era inapropriado, por ser destinado a presos provisórios, não em cumprimento de pena. (A.M.)

Unidade prisional de Itamaracá é o destino mais provável do ex-deputado

Assunto: Desembargador Jones Figueiredo em evento de confraternização	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 28/12/2013
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

viver



EDUARDO BRAGA/DIVULGAÇÃO

O desembargador Jones Figueiredo, Eduardo Campos e o diretor dos Diários Associados no Nordeste, Guilherme Machado em noite de confraternização

Assunto: Câmara deve anular projeto – vereadores de Caruaru

Veículo: Diário de Pernambuco

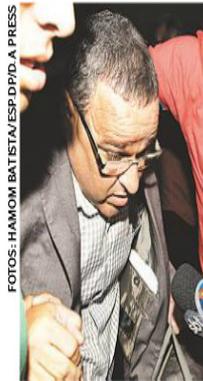
Data: 27/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Confira os seis vereadores que conseguiram deixar a prisão a tempo de passar o Natal com a família



Val das Rendeiras (Pros)



Sivaldo Oliveira (PP)



Neto (PMN)



Jajá (PPS)



Louro do Juá (DEM)



Evandro Silva (PMDB)

Câmara deve anular projeto

Recomendação do Ministério Público diz que matéria deve ser analisada por novos vereadores

JÚLIA SCHIAFFARINO
juliaschiaffarino.pe@dabr.com.br

“Essa situação gera, no mínimo, uma insegurança jurídica. Os suplentes podem sair a qualquer momento e como fica o que eles votaram?”

Marcello Cumaru,
advogado de três dos acusados

O presidente da Câmara de Caruaru, Agreste do estado, Leonardo Chaves (PSD), decide hoje se acata a recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e anula a votação do projeto de lei que autorizou a prefeitura a tomar emprestado R\$ 250 milhões para obras de mobilidade no município. O processo de análise dessa matéria pela Casa levou para a cadeia 10 dos 23 vereadores caruaruenses. Eles foram acusados de cobrar R\$ 2 milhões em propina para aprovação do texto. As investigações ficaram a cargo da Polícia

Civil, sendo esperado, também para hoje, a divulgação do resultado em uma coletiva com o delegado Erick Lessa.

Os vereadores foram detidos no último dia 18. No início desta semana, seis deles conseguiram liberdade mediante uma liminar e passaram a noite de Natal em casa. No dia seguinte, outros dois saíram da prisão e, ontem, mais dois foram liberados. Todos haviam sido afastados do cargo por determinação judicial e o Ministério Público recomendou a cassação dos mandatos. Os suplentes assumiram um dia antes de a Câmara iniciar o recesso. Advogados do grupo, porém, adiantaram que irão lutar para reaver as cadeiras. “Essa situação gera, no mínimo, uma insegurança jurídica. Os suplentes podem sair a qualquer momento e como fica o que eles votaram?”, disse o advogado de três dos acu-



Leonardo Chaves deve seguir o entendimento do MPPE sobre proposta

sados, Marcello Cumaru.

Cumaru reclama, ainda, que eles foram notificados da decisão judicial que suspendeu os vereadores um dia antes da execução, “sem prazo hábil para a defesa”. Caso o presidente da Câmara decida submeter a matéria a uma nova votação, o texto volta para o Executivo que poderá reenviá-lo ao Legislativo em regime de ur-

gência. Em uma reunião extraordinária poderá caber aos suplentes analisar o documento. Nos últimos dias o prefeito José Queiroz (PDT) foi a público afirmar que não houve cobrança de propina. O empréstimo requerido visava a implantação do sistema de transportes BRT e a pavimentação de 400 ruas.

Os dez presos durante a ope-

ração foram liberados gradativamente. Na terça-feira foram Louro do Juá (DEM), Jajá (PPS), Val das Rendeiras (Pros), Neto (PMN), Sivaldo Oliveira (PP) e Evandro Silva (PMDB). Na quarta, foram Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM). Até o fechamento desta edição, era esperada a libertação de Eduardo Cantarelli (Solidariedade) e Jádriel Nascimento (Pros).

FOTOS: HAMOM BATISTA/ESP/DP/DA PRESS

ANNCLARICE ALMEIDA/DP/DA PRESS

Assunto: Câmara deve anular projeto

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 27/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

STF veta transferência de Corrêa para Jataúba

JOSÉ VARELLA/CB/D.A PRESS

Ex-deputado deverá cumprir pena na Penitenciária de Itamaracá, por ter residência fixa no Recife

ANDRÉA PINHEIRO
SUETONI SOUTO MAIOR
politica.pe@dabr.com.br

O destino do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP) deverá mesmo ser a Penitenciária Agro Industrial São João, em Itamaracá. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido da defesa para que ele fosse transferido do Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, para a Cadeia Pública de Jataúba, localizada a 218 km do Recife. Corrêa foi condenado pela Suprema Corte a 7 anos e 2 meses de prisão em regime semiaberto por envolvimento no escândalo do mensalão. Ele cumpre pena pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Com a decisão, Barbosa não atendeu ao pedido da defesa, que pedia para Corrêa ficar mais próximo da família. A opção por Jataúba se deveu ao fato de a mulher do ex-deputado, Adélia Corrêa, ser proprietária da pousada Solar da Paixão, em Brejo da Madre de Deus, localizada a 25 km do município. Médico por formação, ele recebeu oferta de trabalho do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Edson Vieira (PS-DB), para atuar no Programa Saúde da Família (PSF) da cidade, localizada a 36 km de Jataúba. O salário seria de R\$ 5 mil.

O advogado de Pedro Corrêa, Marcelo Leal, confirmou o indeferimento e disse que há a possibilidade de transferência do ex-



Pedro Corrêa espera ser transferido para Pernambuco na próxima segunda-feira

deputado para o Recife na próxima segunda-feira. O Ministério da Justiça informou que a transferência ainda não foi realizada por falta de vagas em voos comerciais. Com a recusa de Jataúba, a ida para Itamaracá ganha força pelo fato de Corrêa possuir um apartamento na orla de Boa Viagem, no Recife.

Sem revelia na VEP

O juiz da Primeira Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, recebeu a delegação de competência do STF para tratar do processo de Pedro Corrêa no estado na semana passada. No entanto, nenhuma documentação do processo e nem a carta precatória chegou às suas mãos ainda. É ele que deverá decidir onde o ex-

deputado cumprirá a pena no estado. O juiz já afirmou que uma cadeia pública não é o local adequado para o cumprimento de pena. "Cadeia pública é lugar para preso provisório, o que não é o caso do reeducando", disse ao Diário, por telefone.

No estado, existem quatro penitenciárias com capacidade para receber detentos em regime semiaberto. Elas estão localizadas nos municípios de Itamaracá, Canhotinho (Agreste), Salgueiro e Petrolina, ambas no Sertão. Rocha Neto disse que só poderá definir o local para o cumprimento da pena após a transferência. "A minha vara tem mais de 15 mil processos. Este será mais um", comentou o juiz, deixando claro que a ordem cronológica será mantida.

“
Cadeia pública
é lugar para
preso provisório,
o que não é
o caso do
reeducando”

Luiz Gomes da Rocha Neto,
juiz da Primeira Vara de Execuções
Penais de Pernambuco

Assunto: Juíza Andréa Cartaxo recebe Título de cidadã de Pernambuco	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 26/12/2013
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

viver

Por proposta de Sebastião Rufino, a juíza Andréa Cartaxo vai receber o título de Cidadã de Pernambuco.

Assunto: Juiz x doutores	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 26/12/2013
Editoria: EDITORIAL	Seção: Cartas à redação

editorial

cartas à redação

Juiz x doutores

Como pode um brasileiro passar 6 anos da vida na faculdade de medicina, depois passar mais alguns anos pela pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e se qualificar como especialista e cirurgião e, quando emitir um laudo médico em decorrência do paciente estar padecendo de enfermidade diagnosticada, esse laudo técnico ser preterido pelo juiz que compreende que perito designado ou previdenciário teria mais competência para avaliar o cidadão enfermo (que paga seu gordo salário). Isto aconteceu na 1ª Vara de Acidente de Trabalho do TJPE (vide processo 0037092-83.2008.8.17.0001),

onde o juiz Carlos Antônio Alves da Silva decide que: laudos médicos obtidos de fonte particular (plano de saúde) ou mesmo pública (SUS) não podem prevalecer sobre o exame médico pericial a cargo da Previdência Social ou a perícia realizada em juízo. Ou seja, toda essa qualificação do cidadão em portar diploma de doutor não teria legitimidade perante a lei, ou o agente da lei é doutor da lei que faz prevalecer à alta programada. Deste entendimento indagado: seria ético e legal?

OSWALDO ALVES - Gravatá

Assunto: Oito vereadores fora da cadeia	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 25/12/2013
Editoria: CAPA	Seção:

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**

OITO VEREADORES FORA DA CADEIA

A Justiça concedeu ontem, em caráter liminar, habeas corpus para que oito dos dez vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final deixassem a Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Eles são acusados de cobrar propina para aprovar projetos na Câmara. POLÍTICA A5

Assunto: Transferência só depois do Natal

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 25/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Transferência só depois do Natal

ANDREA CANTARELLI

Especial para o Diário

O Natal do ex-deputado federal pernambucano Pedro Corrêa será no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Condenado a sete anos e dois meses no processo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o reeducando pretendia passar o dia 25 num presídio mais próximo de sua família, mas por falta de espaço nos voos comerciais, a transferência para o estado foi adiada, apesar da autorização do STF já ter sido concedida na última sexta-feira. O ex-deputado Pedro Henry também aguarda transferência para o Mato Grosso.

A expectativa é que Pedro Corrêa chegue ao Recife até o fim da semana e deve aguardar a definição do local definitivo para o cumprimento da pena no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel). O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, ainda aguarda o processo para definir o local. O estado tem quatro unidades com capacidade para atender o regime semiaberto, localizadas nos mu-



CARLOS VIEIRA/CB/D.A PRESS

Presos que receberam o indulto natalino deixaram o Complexo da Papuda ontem

nicipios de Itamaracá, Canhotinho, Salgueiro e Petrolina. Mas a vontade de Pedro Corrêa é ficar numa cadeia pública em Jataíba, município localizado a 220 quilômetros do Recife.

Distrito Federal

Os presos beneficiados pelo indulto de Natal, que cumprem pena na Papuda, reclamaram que, diferente dos demais detentos, os

condenados do mensalão recebem visitas na área administrativa da cadeia e "são bem tratados". O primeiro ônibus com os beneficiados saiu às 9h22 de ontem do presídio com destino à Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília. O clima era de euforia no veículo. Uma das primeiras palavras gritadas por um dos detentos foi "feliz Natal" e "o mensalão tá aí". Almir Mendes, 60 anos, con-

denado por tráfico de drogas, informou que ele e outros presos precisaram ser removidos das celas para colocar os presos do mensalão. Não encontro o grupo com frequência, mas já vi todos à distância. A visita deles é na administração. Eles estão sendo bem tratados. Os outros são numa área externa", afirmou. **(Com informações do Correio Braziliense)**

Assunto: Desembargador Frederico Neves em evento na Corregedoria

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 25/12/2013

Editoria: VIVER

Seção:

viver

ROSA MIRANDA/DIVULGAÇÃO



O futuro presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves e sua Márcia, em evento na corregedoria daquela corte

Assunto: Juiz das Execuções Penais diz que transferência de mensaleiro para Jataúba é atípica

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 24/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

Sem regalia para Corrêa

Juiz das Execuções Penais diz que transferência de mensaleiro para Jataúba é "atípica"

O emprego com salário de R\$ 5 mil, horário flexível e jornada de trabalho de segunda a sexta-feira pode ficar só no desejo do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado a sete anos e dois meses pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento no escândalo do mensalão. Preso no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, e com au-

torização para ser transferido para Pernambuco, ele deve encontrar problemas na Vara de Execuções Penais (VEP) local para incluir como destino a cadeia pública da cidade de Jataúba, a 218 km do Recife. Médico por formação, Corrêa recebeu oferta de trabalho do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Edson Vieira (PSDB), para atuar no Programa Saúde da Família (PSF) da cidade, localizada a 36 km de Jataúba.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, ainda aguarda o processo para definir o local de cumprimento da pena, mas adiantou que "é atípico uma

pena ser cumprida numa cadeia pública". Ele também disse que "Jataúba só entra no contexto dos interessados". A cidade foi escolhida por Pedro Corrêa, apesar de não figurar entre as unidades prisionais com direito ao regime semiaberto para os presos, porque a mulher dele, Adélia Corrêa, é proprietária da pousada Solar da Paixão, em Brejo da Madre de Deus, cidade localizada a 25 km de Jataúba.

Até o fim da tarde de ontem, Luiz Gomes da Rocha ainda não havia recebido nenhuma documentação com os encaminhamentos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim

Barbosa, e, segundo ele, o estado tem quatro unidades com capacidade para atender o regime semiaberto. Elas estão localizadas nos municípios de Itamaracá, Canhotinho, Salgueiro e Petrolina. Delas, a mais próxima de uma residência do ex-deputado é Itamaracá, já que ele possui apartamento de cobertura na orla de Boa Viagem, no Recife. A cadeia pública de Jataúba tem capacidade para 18 presos. Hoje, existem 12 pessoas cumprindo pena no local. Segundo o Ministério da Justiça, Pedro Corrêa ainda não foi transferido por falta de voos comerciais. (Andrea Cantarelli, especial para o Diário)

JOSE VARELLA/CB/DA PRESS



Pedro Corrêa será transferido para Pernambuco

Assunto: Cassação de vereadores	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/12/2013
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

Cassação de vereadores

MPPE encaminha recomendação à Câmara de Caruaru pedindo o afastamento definitivo de suspeitos

ELISA JACQUES
Especial para o Diário

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendação, ontem, para que o presidente da Câmara de Caruaru, Leonardo Chaves (PSD), abra processo de cassação de mandato contra os dez vereadores presos durante a operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil no último dia

18. Eles são acusados de participação em um suposto esquema de cobrança de propina para a votação de projetos do Executivo. De acordo com a polícia, os suspeitos tentavam extorquir R\$ 2 milhões.

O MPPE também ingressou com ação cautelar preparatória de ação de improbidade administrativa contra os vereadores afastados dos cargos por determinação da Justiça. As denúncias contra os legisladores estão sendo investigadas pelo delegado criminal Erick Lessa. O suposto esquema de cobrança de propina tinha como um dos alvos a votação do projeto para a implantação do BRT (Bus Rapid Transit) na cidade, aprovado um dia

antes da prisão determinada pelo juiz da Vara da Fazenda Pública, José Fernando. O projeto é uma das prioridades do PAC da Mobilidade Urbana do governo federal.

A promotora Bianca Stella Barroso, uma das autoras das ações, explicou que elas têm como objetivo jogar luz sobre uma cena que foge dos princípios de moralidade que devem guiar o trabalho legislativo. Por isso, o Ministério Público expediu uma recomendação para que o presidente da Câmara anule a votação da sessão do dia anterior à prisão dos vereadores. "Naquela sessão, eles haviam aprovado o projeto de lei do Executivo sobre a construção do BRT em

Caruaru, que autorizava a contratação de empréstimo no valor de até R\$ 250 milhões (ao BNDES)", ressaltou, acrescentando que a decisão permitirá que uma nova sessão seja realizada com a participação dos dez vereadores empossados no lugar dos afastados e que estão sob suspeita de extorsão. "O objetivo é restaurar a legalidade e a moralidade da Casa", disse. Os vereadores presos foram Silvano Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Pastor Jádriel (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) e os de oposição Joseval Lima (DEM), José Evandro Silva (PMDB), Lourinaldo Moraes (PS), Jailson Soares (PPS), Eduardo Cantarelli (PMDB) e Neto (PMN).

ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/DA PRESS



Leonardo Chaves terá que abrir processo de cassação

Assunto: Advogados tentam habeas corpus	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/12/2013
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

Advogados tentam habeas corpus

JÚLIA SCHIAFFARINO
juliaschiaffarino.pe@dabr.com.br

Nove dos dez vereadores presos em Caruaru, Agreste de Pernambuco, por cobrarem propina para aprovação de um projeto de lei ainda têm esperança de passar o natal em casa. Eles aguardam, hoje, a resposta a um pedido de liminar de habeas corpus, isto é, uma solicitação emergencial de soltura. A decisão era esperada ontem e os advogados do grupo

passaram o dia entre idas e vindas no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A preocupação era que o órgão entrasse em recesso, algo que ocorreu às 14h. A definição acerca do nome do desembargador responsável pela análise do pedido ocorreu apenas às 13h45.

O relator escolhido foi Gustavo Lima. "Por conta da hora, ele fará a análise e entregará a decisão ao plantonista", explicou um dos advogados do grupo, Marci-

lio Cumarú. De acordo com Cumarú, a prisão dos legisladores foi executada em caráter preventivo até a conclusão do inquérito. Algo, porém, que não deve demorar. O delegado que acompanha as investigações, Erick Lessa, espera dar por encerrado o assunto em no máximo dois dias após a celebração natalina.

Para a defesa, "não faz sentido os vereadores permanecerem na cadeia", uma vez que não apre-

sentam risco à condução do caso. "O próprio prefeito declarou que não havia ameaça, nem houve pagamento de propina", completou Cumarú. Ao todo, dez dos 23 vereadores da cidade estão detidos desde a última quarta-feira (18) na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru. A Câmara Municipal tem 23 integrantes. Todos foram interrogados, tendo os últimos depoimentos sido colhidos também ontem.

os dez presos

Quem são os vereadores presos em Caruaru e a qual corrente política a que estão ligados

Ligados ao prefeito José Queiroz (PDT)

- Cecílio Pedro da Silva (PTB)
- José Givaldo Francisco de Oliveira (PP)
- Erival Soares (Pros)
- Jádriel do Nascimento (Pros)

Ligados ao grupo político do deputado Tony Gel e de Miriam Lacerda (ambos do PMDB)

- Joseval Bezerra de Lima (DEM)
- Loraldo Florêncio (Solidariedade)
- Everaldo Ramos da Silva (PMN)
- Eduardo Cantarelli (Solidariedade)
- José Evandro Francisco Silva (PMDB)
- Jailson Soares de Oliveira Batista (PPS)

Assunto: Pedro Corrêa está no Cotel

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 28/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

POLÍTICA

STF autoriza ex-deputado federal a cumprir pena em Pernambuco Pedro Corrêa está no Cotel

■ **PREVISÃO** é que ele seja transferido para a Penitenciária Agrícola de Itamaracá no dia 2 de janeiro

Folha resume

O ex-presidente nacional do PP Pedro Corrêa chegou ao Recife, ontem, após receber autorização do Supremo Tribunal Federal para cumprir a pena de 7 anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, na sua cidade natal. Corrêa é acusado de corrupção ativa e foi encaminhado ao Cotel, onde passou a noite.

MIRELLA ARAÚJO

O ex-deputado Pedro Corrêa foi transferido do Presídio da Papuda, em Brasília, para o Recife, ontem, por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Ele atendeu ao pedido dos advogados de defesa para que Corrêa cumprisse a pena de prisão semiaberta de sete anos e dois meses, em Pernambuco, pela acusação de envolvimento no caso do mensalão. O ex-presidente nacional do PP desembarcou no Aeroporto Internacional dos Guararapes-Gilberto Freyre por volta das 14h, fez exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) e

foi transferido para o Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. Ele permanecerá lá até o dia 2 de janeiro, quando será levado para a Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI).

A intenção inicial da Polícia Federal era levá-lo direto para a PAI, mas seu primo, o ex-ve-reador Clóvis Corrêa, contou que o próprio diretor do presíd-rio, Ricardo Pereira, recomen-dou que a transferência só ocorresse após as festivid-ades de fim de ano por ser uma época de maior tumulto.

"Pedro Corrêa não quer ser privilegiado, mas é preciso

alertar para a falta de estrutura e segurança da PAI. Os presos andam 200 metros entre pessoas que cometeram crimes brutais para chegar até a cela. Estamos preocupados com a integridade física dele. Pedro não cometeu nenhum crime, não matou ninguém", declarou Clóvis Corrêa, afirmando, ainda, que a responsabilidade pela segurança do ex-deputado é do Estado.

Na próxima semana, a sua família ingressará com um requerimento na Justiça solicitando a transferência para outra unidade penitenciária. Estuda-se a possibilidade de encaminhá-lo para o Centro de



Bruno Campos

CORRÊA (D) chegou à tarde, passou por exames no IML e foi levado ao Cotel

Ressocialização do Agreste, no município de Canhotinho. Condenado pelo STF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o ex-deputado chegou ao Recife escoltado por policiais do Departamento Penitenciário Nacional. Corrêa escondeu as algemas, desde a decida do avião até o

IML e o Cotel. A assessoria de imprensa da Secretaria de Ressocialização de Pernambuco (Seres) informou que, na documentação enviada por Brasília, não havia discriminado em qual presídio ele deveria cumprir sua sentença, por isso foi levado para o Cotel, onde passou a noite

em uma cela comum.

O deputado federal Pedro Henry (PP) também recebeu autorização para cumprir a pena de 7 anos e dois meses de prisão em sua cidade natal, Cuiabá-MT. Inicialmente ficará em regime fechado, até a decisão da Vara de Execuções Penais.

Assunto: Pedro Corrêa está no Cotel	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 27/12/2013
Editoria: POLÍTICA	Seção:

POLÍTICA

Mais dois vereadores soltos

■ **EDUARDO Cantarelli e Jádriel Nascimento foram os últimos a receber o habeas corpus da Justiça, ontem**

O desembargador Fausto Campos concedeu, no final da tarde de ontem, a soltura de dois vereadores do município de Caruaru, no Agreste, que ainda se encontravam presos na Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Os pedidos de habeas corpus de Eduardo Cantarelli (PS) e Jádriel Nascimento (PROS) foram aprovados, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os dois parlamentares foram os últimos a conseguir o alvará de soltura devido a um atraso no envio da documentação para o TJPE.

Na última terça-feira, seis dos dez vereadores presos, durante a Operação Ponto Final da Polícia Civil, deixaram o presídio. Sivaldo Oliveira (PP), Neto (PMN), Louro do Juá (PS), Evandro Silva (PMDB), Jajá (PPS), e Val das Rendeiras (PROS) foram os primeiros a voltar para casa, após quase uma semana das prisões. No dia seguinte, Val (DEM) e Cecílio Pedro (PTB) conseguiram a soltura após o pagamento da fiança no valor de R\$ 50 mil, cada, por posse ilegal de armas.

Os dez vereadores foram presos, no último dia 18, sob a acusação de cobrar propina e vantagens para aprovar projetos na Câmara Municipal de Caruaru. Os parlamentares, que já estão liberados, vão recorrer à Justiça para reaver os mandatos, assumidos pelos suplentes, na semana passada, e derrubar a decisão de afastamento emitida pelas varas Cível e Criminal.

Além da decisão da Vara Criminal de determinar o afastamento dos dez vereadores envolvidos no processo, fazendo com que os suplentes assumissem os mandatos, a Justiça acatou a ação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pedindo a suspensão por 180 dias das atividades parlamentares dos envolvidos. O presidente da Câmara Municipal, Leonardo Chaves, recebeu na manhã de ontem a correspondência recomendando o afastamento do acusado e a anulação da aprovação do projeto referente às modificações do trânsito e do transporte público de Caruaru, que custará R\$ 250 milhões. Os parlamentares - inclusive governistas - teriam pedido R\$ 2 milhões à Prefeitura para votarem a favor. Ele afirmou que cumprirá o pedido. "Determinação judicial a gente tem que cumprir. Eles permanecem afastados", esclareceu Leonardo. O Legislativo está em recesso, mas ontem realizou sessão solene para a entrega de medalhas a policiais militares.

Assunto: Mundo Jurídico	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 27/12/2013
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA

2 QUINTA-FEIRA ■ Recife, 18 de julho de 2013

PERSONA



Roberta
Jungmann

Colaboração de
ROMERO RAFAEL

MUNDO JURÍDICO

O TJPE tem agenda cheia no segundo dia de 2014. De manhã, às 10h, será instalada a 4ª Câmara de Direito Público. E à tarde, às 17h, os novos desembargadores, Odilon Oliveira, Itamar Pereira e Rafael Machado, eleitos neste mês, tomam posse funcional no gabinete do presidente, Jovaldo Nunes.

Assunto: Dois vereadores continuam presos. Oito foram soltos

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 26/12/2013

Editoria: POLÍTICA

Seção:

POLÍTICA

Após pagar fiança, Joseval Val e Cecílio Pedro foram liberados

Dois vereadores continuam presos. Oito foram soltos

■ **PEDIDO** de Jadiel Nascimento e de Cantarelli ainda será analisado por desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco

MARCELO MONTANINI

Após uma semana, oito dos dez vereadores de Caruaru, no Agreste, presos na operação Ponto Final, da Polícia Civil, conseguiram a liberdade provisória e deixaram a Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS). Os parlamentares Neto (PMN), Jajá (PPS), Evandro Silva (PMDB), Sivaldo Oliveira (PP), Louro do Juá (PS), Val das Rendeiras (PROS) foram liberados na noite da última terça-feira, enquanto Joseval Val (DEM) e Cecílio Pedro (PTB) deixaram ontem a unidade prisional, após pagamento de fiança de R\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas. Pastor Jadiel Nascimento (PROS) e Eduardo Cantarelli (SDD) permanecem presos.

Em plantão, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) concedeu a liminar de pedido de habeas corpus. De acordo com Saulo Amazonas, um dos advogados de Cantarelli,



Aguinaldo Lima

JAJÁ foi um dos parlamentares que conseguiu a liberdade na última terça-feira

Folha resume

Oito dos dez vereadores de Caruaru, no Agreste, presos na operação Ponto Final, da Polícia Civil, conseguiram a liberdade provisória e deixaram a Penitenciária Juiz Plácido de Souza. O juiz da Vara da Fazenda Pública de Caruaru determinou a suspensão do exercício dos vereadores por 180 dias.

houve um retardo na apreciação do pedido de habeas corpus dos vereadores, que deverá ser analisado hoje.

"Não tem motivo para não ser apreciado e deferido, tal qual houve com os outros", afirmou Amazonas. A reportagem não

conseguiu contatar a advogada de Jadiel. O processo corre em segredo de Justiça e apenas os advogados tiveram acesso às informações.

A pedido do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o juiz José Fernando Santos de Souza, da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, determinou a suspensão do exercício dos vereadores por 180 dias. No entanto, a Câmara Municipal não foi notificada, o que deve ser feito apenas no dia 6 de janeiro, quando a Casa retorna do recesso. Os vereadores são acusados de co-

brar propina para aprovar matérias do Executivo. Eles foram detidos no último dia 18. Segundo informações que constam no inquérito, os parlamentares exigiram do Executivo R\$ 2 milhões, que seriam rateados com a aprovação do empréstimo para a construção do BRT (Bus Rapid Transit), em Caruaru. Uma das votações colocadas em suspensão foi a do empréstimo de R\$ 250 milhões - junto ao BNDES - para a instalação do BRT (Bus Rapid Transport), uma das prioridades do PAC Mobilidade para o município. A Justiça determinou a suspensão da sessão que aprovou o empréstimo.

Saiba mais

INVESTIGAÇÃO - O delegado da Polícia Civil Erick Lessa, responsável pelo caso, pretende conceder uma entrevista coletiva, nesta sexta-feira, para dar detalhes sobre a investigação. Além dos dez detidos, o delegado colheu o depoimento dos outros 13 vereadores e de secretários da Prefeitura.

Assunto: Virando a folhinha, nesta véspera de Natal	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/12/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



Virando a folhinha, nesta véspera de Natal: o desembargador Alexandre Assunção, Andréa Meira Lins, Carlos Eduardo Machado, Jane Magalhães, Cândida Alzaga, José de Arimatéia, Lúcia Bravo, Romeu Krause, Wladimir Maia Leite, Andréa Ferreira, Breno Luna e Thiago Figliuolo.

Assunto: Advogados dos vereadores presos se reúnem para preparar defesa	
Veículo: Jconline.com.br	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:

jornal do  commercio

JUSTIÇA

Advogados dos vereadores presos se reúnem para preparar defesa

Defensores marcam reunião no Recife para discutir estratégia para tentar derrubar liminar da 4ª Vara da Fazenda de Caruaru, que determinou afastamento dos legisladores

CARUARU – Os advogados de defesa dos dez vereadores afastados do cargo por 180 dias se reúnem hoje, no Recife, com o objetivo de definir as estratégias para derrubar a liminar da Justiça que determinou o afastamento dos parlamentares. Pelo menos três defensores vão atuar em conjunto para tentar fazer com que os acusados voltem a ocupar os cargos.

“Estaremos nos reunindo amanhã (hoje) para definir a estratégia. Fomos procurados pelos dez vereadores para tentar reverter a medida cautelar que determinou o afastamento deles”, informou o advogado Marcílio Cumaru. O irmão dele, Marcelo Cumaru, também faz parte da equipe de defesa.

O outro advogado que está na equipe é Saulo Amazonas. Segundo ele, antes de qualquer iniciativa, o processo será analisado. Entre outras coisas, os defensores vão decidir se a defesa será individual ou coletiva. As ações só devem ser protocoladas na próxima semana.

A liminar que determinou o afastamento dos vereadores acusados de cobrar propina para aprovar projetos da Prefeitura de Caruaru foi expedida pela 4ª Vara da Fazenda Pública do município. O Ministério Público também recomendou à Câmara municipal a cassação dos parlamentares, mas o presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD) disse que ainda espera um parecer da sua assessoria jurídica.

Os vereadores afastados são: Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Assunto: Novos desembargadores tomam posse nesta quinta-feira	
Veículo: Diariadepernambuco.com.br	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:

DIARIOde**PERNAMBUCO**
.com.br

Novos desembargadores tomam posse nesta quinta-feira

Os magistrados Odilon de Oliveira Neto, Rafael Machado da Cunha e Itamar Pereira serão empossados como desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) nesta quinta-feira (2), às 17h. A cerimônia será realizada no gabinete da Presidência no último andar do Palácio da Justiça.

A eleição ocorreu em sessão do Tribunal Pleno no dia 18 de dezembro de 2013. Os magistrados Odilon de Oliveira Neto e Rafael Machado foram eleitos pelo critério de antiguidade. O juiz Itamar Pereira foi promovido a desembargador pelo critério de merecimento.

Os novos desembargadores preenchem os cargos criados pela Lei Complementar 232, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo no dia 11 de junho deste ano, e pela Lei Complementar 235, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo no dia 3 de setembro deste ano.

As leis criaram quatro novas vagas de desembargadores. O quarto cargo será preenchido no primeiro semestre de 2014. O 46º desembargador da Corte de Justiça será escolhido entre os membros do Ministério Público, atendendo ao disposto no Artigo 94 da Constituição Federal, que diz que a quinta parte das vagas do Tribunal de Justiça são oferecidas a advogados e promotores de Justiça.

Assunto: Conciliações atingem índice de 97% no sertão pernambucano	
Veículo: CNJ	Data: 03/01/2014
Editoria:	Seção:



Conciliações atingem índice de 97% no sertão pernambucano



O I Mutirão do Seguro Obrigatório contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), promovido entre os dias 16 e 18 de dezembro no sertão pernambucano, alcançou 97% em acordos. O evento buscou conciliar ações de 13 comarcas do interior do estado. A mobilização ocorreu na Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), em Serra Talhada, sob a coordenação e execução da Coordenadoria-Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos.

No evento, foram realizadas 254 audiências, com a celebração de conciliação em 246 ações e movimentação de R\$ 970.394,90 nos acordos homologados. A coordenadora do mutirão, juíza Flávia Fabiane Nascimento, destacou a importância da ação conciliatória. "O resultado foi bastante significativo. A sociedade veio à Justiça disposta a efetuar acordos e as empresas, com o objetivo de finalizar suas lides", relatou a magistrada. O mutirão envolveu as comarcas de Serra Talhada, Sertânia, Triunfo, Custódia, Flores, Carnaíba, Afogados da Ingazeira, São José do Belmonte, São José do Egito, Salgueiro, Arcoverde, Parnamirim e Betânia.

Fonte: TJPE

Assunto: TJPE e TRF-5 monitoram juízes para acelerar casos de improbidade administrativa	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 29/12/2013
Editoria:	Seção:



TJPE e TRF-5 monitoram juízes para acelerar casos de improbidade administrativa



Foto: Getulio Bessoni/TRF5

Por Gabriela López

Do **Jornal do Comercio** deste domingo (29).

Na tentativa de avançar com a Meta 18 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – segundo a qual os tribunais do País deveriam julgar até o fim deste ano os processos contra a administração pública e de improbidade administrativa distribuídos até 31 de dezembro de 2011 –, as instâncias judiciárias pernambucanas fecharam o cerco contra gestores públicos este ano.

Segundo relatório publicado no site do CNJ e atualizado mensalmente, apenas o **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)** apreciou – no decorrer deste ano – 807 ações, 223 a mais do que no comparativo com o ano passado. Já o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que, além de Pernambuco, engloba outros Estados do Nordeste, julgou 198 processos este ano, contra os 176 de 2012.

O gestor da Meta 18 em Pernambuco e desembargador do TJPE, Mauro Alencar, conta que conversa pessoalmente com os juízes do Estado para acompanhar o cumprimento. Além disso, ao longo deste ano, foram realizados sete encontros em cidades da Região Metropolitana do Recife e do interior com o objetivo de orientar sobre a meta.

Também foi criado um email específico para tirar dúvidas dos magistrados e manter a comunicação e firmado um convênio com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) com o objetivo de facilitar o contato dos juízes com os técnicos do TCE, responsáveis, por exemplo, pelas auditorias nas contas públicas.

“Ainda realizamos um levantamento no banco de dados de todos os processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública onde os juízes podem consultar sentenças anteriores. Isso pode agilizar o julgamento no caso de ações que são parecidas”, completa o desembargador.

Apenas no mês passado, pelo menos três ex-prefeitos foram condenados por improbidade administrativa: Pedro Evangelista (Ibirajuba), Horário de Melo Sobrinho (Ouricuri) e Pedro Serafim (Ipojuca).

Dos 3.404 processos referentes à Meta que tramitam ou foram julgados no **TJPE**, 1.274 são por improbidade e 2.130 de crimes contra a administração pública.

Assunto: Pedro Corrêa já recebeu novas propostas de emprego. Família teme pela integridade de ex-deputado	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 28/12/2013
Editoria:	Seção:



Pedro Corrêa já recebeu novas propostas de emprego. Família teme pela integridade de ex-deputado



Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

O advogado Fábio Corrêa, filho do ex-deputado Pedro Corrêa, revelou ao **Blog de Jamildo** que a família já recebeu várias propostas de emprego para o pai, que está detido no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, desde essa sexta-feira (27). A família prefere não adiantar quais foram as propostas recebidas para não expor ninguém, mas admite que está estudando as propostas e deve apresentar uma delas à Justiça. O ex-deputado é formado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e é especialista em Radiologia.

No momento, a família teme pela segurança de Corrêa após a entrada no sistema prisional do Estado. "A gente fica meio receoso que aconteça alguma coisa", explica Fábio. A menos que haja algum fato excepcional, a transferência do ex-deputado só deve ocorrer após o recesso do Poder Judiciário, por se tratar de uma medida administrativa. **O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)** retoma as atividades na próxima quinta-feira, 2 de janeiro. Até lá, **o juiz Luiz Rocha**, titular da **1ª Vara de Execução Penal**, deve acompanhar a situação do preso.

Corrêa, que está em regime semi-aberto, pode obter autorização judicial para trabalhar durante o dia e retornar à unidade prisional durante a noite. Além disso, o ex-deputado tem direito a 35 dias em liberdade ao longo do ano. Em Pernambuco, o calendário de saídas de 2014 ainda não foi preparado pela Secretaria de Defesa Social, mas as liberações costumam ocorrer por cinco vezes anuais, e os presos ficam em liberdade durante sete dias.

Leia também: No Recife, Pedro Corrêa já está no Cotel e não deve seguir mais para a Penitenciária de Itamaracá

Pedro Corrêa faz exame de corpo de delito no IML. Ex-deputado segue para Penitenciária de Itamaracá nesta sexta

Pedro Corrêa chega ao Recife na tarde desta sexta-feira

Segundo Fábio Corrêa, que visitou o pai na manhã deste sábado, o ex-deputado amanheceu bem em seu primeiro dia no Cotel. Pedro Corrêa foi transferido da Penitenciária da Papuda, em Brasília, para Pernambuco nessa sexta. A expectativa era que o ex-deputado fosse encaminhado para a Penitenciária Agro-industrial São João (PAISJ), em Itamaracá; o que não ocorreu.

De acordo com a Secretaria-executiva de Ressocialização (Seres), a documentação enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ordenando a transferência de Corrêa para o Estado não especificava em que unidade prisional ele deveria ser detido. Por causa disso, o ex-deputado foi encaminhado para o Cotel, que serve de entrada para o sistema prisional pernambucano, até que a 1ª Vara de Execução Penal da Justiça Estadual decida qual será o destino. Enquanto não há uma definição judicial sobre o local onde Corrêa deve cumprir a pena, a família do ex-deputado teme pela integridade física e psicológica do preso. Segundo explicou Fábio ao Blog, o fato de o pai ser uma figura pública pode fazer com que ele seja visado dentro da penitenciária. Os familiares temem ainda pela diminuição do efetivo das unidades prisionais na época de final de ano.

Pedro Corrêa chegou a pedir para ser transferido para a Cadeia Pública de Jataúba, no Agreste do Estado, que fica próxima a uma propriedade rural da família. Como o pedido foi negado pela Justiça, o ex-deputado perdeu um convite para atuar na rede pública de saúde de Santa Cruz do Capibaribe, localizada a dez quilômetros de Jataúba.

De acordo com Fábio, a demanda pelo trabalho de Corrêa é resultado de um problema crônico de falta de médicos no País. "É um problema nacional. Tanto que estão precisando importar médicos de Cuba", diz. Ele lembra que o emprego fora do presídio é um direito do pai.

Pedro Corrêa foi condenado por corrupção passiva e por lavagem de dinheiro pelo STF durante o julgamento do esquema do Mensalão. O pernambucano foi condenado a sete anos e dois meses de prisão.

Assunto: No Recife, Pedro Corrêa já está no Cotel e não deve seguir mais para a Penitenciária de Itamaracá

Veículo: Blog do Jamildo

Data: 27/12/2013

Editoria:

Seção:



No Recife, Pedro Corrêa já está no Cotel e não deve seguir mais para a Penitenciária de Itamaracá



Foto: Clemilson Campos/JC Imagem

O ex-deputado federal Pedro Corrêa deu entrada, na tarde desta sexta-feira (27), no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, onde deve passar a noite. Inicialmente, Corrêa seguiria para a Penitenciária Agro-Industrial São João (PAISJ), em Itamaracá, onde deve cumprir pena, mas a documentação enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não descrevia o local onde ele deveria cumprir a pena. De acordo com a assessoria da Secretaria-executiva de Ressocialização (Seres), um requerimento está sendo preparado para dar entrada junto a 1ª Vara de Execução Penal da Justiça Estadual para definir o destino do ex-deputado.

Como a decisão não deve sair ainda na noite desta sexta, o ex-deputado deve passar a noite em uma cela com outros dois presos. Não foram divulgadas informações sobre quais seriam essas pessoas, mas o pavilhão em que Corrêa vai ficar é tido como mais tranquilo por ser composto, em sua maioria, por ex-policiais e ex-servidores. No Estado, o Cotel serve de porta de entrada para o sistema prisional.

O ex-deputado chegou ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife, por volta das 14h30. De lá, seguiu de van para o Instituto Médico Legal (IML), onde realizou exame de corpo de delito. Durante o traslado, ele foi conduzido por agentes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Corrêa, que teve a transferência da Penitenciária da Papuda para o sistema prisional pernambucano aprovada pelo STF no dia 20 deste mês, solicitou uma transferência para a Cadeia Pública de Jataúba, no Agreste do Estado, porque ficaria mais próximo de uma propriedade rural da família. O pedido, porém, foi negado pelo Supremo.

Ao ter a transferência negada, o ex-deputado perdeu uma oportunidade de emprego na rede pública de saúde de Santa Cruz do Capibaribe, a dez quilômetros de Jataúba. Como está preso em regime semi-aberto, Corrêa pode sair para trabalhar pela manhã, desde que retorne para o presídio à noite. A proposta de trabalho, porém, precisa ser aprovada pela Justiça.

Mesmo não tendo uma proposta de emprego, o deputado tem direito a 35 dias anuais fora da prisão. Em Pernambuco, as saídas dos presos do regime semi-aberto são organizadas em um cronograma que prevê cinco liberações por um período de sete dias. O calendário de 2014 ainda não foi elaborado.

Pedro Corrêa foi condenado pelo STF a sete anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no esquema do Mensalão.

Assunto: Geraldo Julio aprova projeto Novo Recife exigindo o dobro de compensações ao consórcio de investidores	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:



Geraldo Julio aprova projeto Novo Recife exigindo o dobro de compensações ao consórcio de investidores



Blog Imagem

Depois de alguns meses de reanálise, a Prefeitura da Cidade do Recife está apresentando neste momento sem alarde o novo projeto do projeto urbanístico e imobiliário denominado Novo Recife. As ações mitigadoras passaram de R\$ 32 milhões para R\$ 62 milhões.

O Projeto Novo Recife vai reestruturar o Cais José Estelita. O Projeto Novo Recife planeja construir 13 torres e requalificar urbanisticamente o Cais José Estelita.

Inicialmente, o consórcio se comprometeu a bancar novos acessos para a Ilha do Leite, uma alça para a Ponte Joaquim Cardoso, uma ciclovia ligando o Cais José Estelita a Avenida Norte e pagar a demolição do viaduto do Forte das Cinco Pontas.

Em uma das inovações, ficou acertada a criação de um parque com 90 mil metros quadrados, 20 mil a mais do que a Jaqueira, com seis quadras esportivas, a serem construídas sob o Viaduto Capitão Temudo.

Agora, estão previstas também a derrubada do Viaduto do Forte das Cinco Pontas, que será substituído por um túnel, a construção de uma biblioteca pública, abertura de vias, criação de passarelas e locais de estacionamento.

Foram apresentadas também informações sobre o novo sistema viário que será implantado no local. No total, serão 16 intervenções que ampliam o uso do espaço público no entorno das torres do Novo Recife.

Hoje ainda será assinado o termo de compromisso com o consórcio responsável pelo empreendimento.

Já não era sem tempo.

“A quem interessa a eternização deste processo? A cidade é que não é! Nesta marcha que já dura mais de quatro anos, agora, toma-se conhecimento nos bastidores, busca-se emparedar até o prefeito Geraldo Júlio. Grupelhos ideológicos que se dizem contra o capital, mas que na verdade parecem esconder interesses políticos inconfessáveis, buscam tomar o poder concedido pelas urnas ao mandatário municipal. Coragem, Geraldo Júlio! Decida, para o bem ou para o mal. E justifique suas ações. Heverá sempre gente honesta e de bom senso a lhe apoiar”, escreveu o Blog de Jamildo, em setembro deste ano, cobrando uma definição.

O projeto imobiliário foi aprovado no último dia de trabalho do prefeito João da Costa e, na última sessão do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), depois de quatro anos de análise na PCR. João da Costa teve coragem de não permitir a eternização da avaliação, que interessava a uns poucos grupos ideológicos.

O projeto foi objeto de duas ações na justiça, uma derrubada pelo presidente do **Tribunal de Justiça de Pernambuco, Jovaldo Nunes**, em março, e outra pelo pleno do Tribunal Regional Federal(TRF-5) em abril que aprovaram a continuidade da tramitação do projeto.

Assunto: Últimos vereadores acusados de cobrar propina da prefeitura em Caruaru são soltos	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 26/12/2013
Editoria:	Seção:



Últimos vereadores acusados de cobrar propina da prefeitura em Caruaru são soltos



Foto: Erivaldo Marques/cortesia

A Justiça determinou no final da tarde desta quinta-feira (26) a soltura dos dois últimos vereadores de Caruaru que continuavam presos após a acusação de terem cobrado uma propina no valor de R\$ 2 milhões da prefeitura de Caruaru. Dez dos vereadores do município foram presos na quarta-feira (18) em uma operação da Polícia Civil e encaminhados para a Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Uma semana depois, apenas Eduardo Cantareli e o Pastor Jadiel, ambos do Pros, continuavam presos. O desembargador Fausto Campos concedeu os habeas corpus.

De acordo com a investigação da Polícia Civil, os vereadores teriam chantageado a prefeitura para aprovar projetos favoráveis ao Executivo. O estopim teria sido a proposta para implantação de um sistema de Bus Rapid Transit (BRT) na cidade. Também faria parte do acordo a aprovação de um empréstimo no valor de R\$ 250 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

As investigações, entretanto, não apontam indícios de que o prefeito tenha pago o valor pedido. De acordo com o prefeito José Queiroz (PDT), ele não chegou a negociar diretamente com os vereadores.

Após a prisão preventiva ter sido efetuada, a Câmara de Vereadores deu posse aos suplentes. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) quer que seja instaurado um processo para cassação dos acusados.

Assunto: MPPE quer cassação dos dez vereadores	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



MPPE quer cassação dos dez vereadores



Foto: Jornal Vanguarda
Do Jornal do Commercio desta terça-feira (24)
Por José Accioly e Wagner Gil

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu uma recomendação à Câmara de Caruaru sugerindo a abertura de um processo de cassação dos dez vereadores presos durante operação da Polícia Civil, na semana passada. Eles são suspeitos de cobrarem propina ao prefeito José Queiroz (PDT), no valor de R\$ 2 milhões, para aprovar matérias na Casa. O MPPE também ingressou com uma ação cautelar de improbidade administrativa contra o grupo.

Nessa segunda-feira (23), **o juiz da Vara Pública do município, José Fernando Souza**, deferiu uma liminar que anula a sessão legislativa que aprovou um pedido de empréstimo da prefeitura à Caixa Econômica Federal.

Na sessão, os vereadores aprovaram um projeto de lei que permite à Prefeitura de Caruaru contratar um financiamento, no valor de R\$ 250 milhões, para implantar o sistema BRT (Bus Rapid Transit) na cidade. Com a decisão da Justiça, o empréstimo fica suspenso e deverá ser apreciado pelos vereadores empossados na última sexta-feira (20).

Segundo a promotora do Patrimônio Público de Caruaru, Bianca Stella Barroso, cabe à Câmara decidir se abre o processo de cassação ou não contra os vereadores presos. A notificação foi entregue ao presidente da Casa, o vereador Leonardo Chaves (PSD).

"A recomendação é no sentido de a Câmara deflagrar o processo de cassação, seguindo as normas do regimento interno. Cabe ao presidente da Casa decidir, já que a Casa tem autonomia", justificou a promotora.

Sobre o pedido de anulação deferido pela Justiça, a promotora informou que a sessão legislativa estaria "viciada" em virtude dos interesses dos vereadores investigados.

"Existia o vício na vontade e o desvio de função. Eles aprovaram o empréstimo, mas não temos como dissociar se essa decisão foi tomada de acordo com a função pública ou guiada pelos interesses pessoais", cravou a promotora Bianca Stella Barroso. "Há o vício, seja pela retaliação ou na perspectiva de ganho", acrescentou.

NOVAS

OUVIDAS

Ontem, mais três vereadores foram convocados pela polícia para prestar esclarecimentos. Foram ouvidos Edmílson do Salgado (PCdoB), Romildo Oscar (PTN) e Heleno do Inocoop (PRTB). Segundo o procurador da Câmara de Caruaru, todos os 13 vereadores da Casa que não estão presos já foram ouvidos pelo delegado Eric Lessa, responsável pelo inquérito.

Assunto: Caruaru: vereadores acusados de suborno tentam voltar à ativa	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 01/01/2014
Editoria:	Seção:



Caruaru: vereadores acusados de suborno tentam voltar à ativa

Acusados pela Polícia Civil de cometer crime de concussão, os dez vereadores caruaruenses presos no último dia 18 de dezembro vão tentar derrubar a liminar da 4ª Vara da Fazenda Pública do município, que determinou o afastamento do cargo por 180 dias. Eles são suspeitos de cobrar propina de R\$ 2 milhões para aprovar projeto para implantação do BRT (Bus Rapid Transit) na cidade, onde a prefeitura tenta contrair empréstimo de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil.

“Vamos entrar com o recurso no Tribunal de Justiça na próxima semana. Só teremos acesso ao processo amanhã [hoje]. A ideia é saber o que consta nos autos, preparar a defesa e entrar com o recurso”, explicou o advogado Saulo Amazonas, que representa os dez vereadores. “Não estou aqui querendo antecipar decisão do tribunal, mas a justiça viu que não tinha necessidade de prisão. Nossa expectativa é boa, inclusive nenhum desses vereadores têm algum tipo de interferência no andamento do Legislativo. Nenhum deles, por exemplo, está no cargo de presidente”, completou.

Deixaram a prisão no dia 24 de dezembro os vereadores Jajá (PPS), Val das Rendeiras (PROS), Louro do Juá (DEM), Sivaldo Oliveira (PP), Neto (PMN) e Evandro Silva (PMDB). No dia seguinte foi a vez de Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM) saírem da Penitenciária Juiz Plácido de Souza; e, no dia 26, Eduardo Cantarelli (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Briga - A expectativa é de uma possível briga jurídica travada pelos vereadores acusados de receber os salários. Durante o mês de dezembro, os legisladores afastados só receberam o vencimento proporcional aos 18 dias trabalhados, uma vez que os suplentes assumiram os postos, a mando da Justiça.

A maioria dos servidores da Câmara de Caruaru evita comentar as prisões. Os gabinetes dos vereadores afastados permanecem fechados. O presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), disse que, caso tenha que pagar o salário integral dos vereadores afastados e os dos suplentes, será forçado a demitir funcionários que fazem parte da assessoria.

Sobre a abertura do processo de cassação dos mandatos, sugerido pelo Ministério Público, Leonardo Chaves disse que ainda não recebeu o parecer de sua assessoria jurídica. Contudo, o presidente do Conselho de Ética da Câmara de Caruaru, Ricardo Liberato (PSC), explicou que a decisão de abrir o processo cabe ao presidente da Casa.

Assunto: Mais dois vereadores de Caruaru deixam a cadeia	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 25/12/2013
Editoria:	Seção:



Mais dois vereadores de Caruaru deixam a cadeia



Louro do Juá foi o primeiro a deixar unidade prisional. (Foto: Reprodução: G1 Caruaru) Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM) conseguiram pagar fiança e foram soltos. Outros parlamentares não tiveram o pedido de habeas corpus apreciado.

Do G1 Caruaru - Cecília Morais

Outros dois vereadores presos na Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS), em Caruaru, no Agreste de Pernambuco, que aguardavam uma decisão do Tribunal de Justiça (TJPE), deixaram a unidade prisional na noite desta quarta-feira (25). Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM) saíram da penitenciária por volta das 19h15, acompanhados de advogados e de familiares.

De acordo com o advogado Saulo Amazonas, representante de Eduardo Cantarelli (SDD), o vereador não deve ser solto nesta quarta como era esperado. “O plantão do Tribunal terminou às 17h, então não houve tempo hábil para que o desembargador apreciasse o pedido de habeas corpus. Agora aguardamos que essa decisão saia amanhã”, disse.

Segundo a advogada do vereador Jadiel Nascimento (PROS), Maria Helena dos Santos, o vereador também deve ficar na penitenciária. Ela informou que ele teve o pedido de soltura declinado, ou seja, o responsável por julgar preferiu repassar a decisão para outro desembargador.

Assunto: TJPE pode mandar soltar vereadores presos por suborno	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



TJPE pode mandar soltar vereadores presos por suborno

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve mandar soltar, até às 16h desta terça-feira (24), alguns dos vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final, desencadeada pela Polícia Civil no último dia 18 de dezembro.

Estão detidos: Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB), Pastor Jadiel (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) – todos da base aliada do prefeito José Queiroz (PDT) – e os opositoristas Val (DEM), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SDD), Jajá (PPS), Eduardo Cantarelli (SDD) e Neto (PMN).

Os parlamentares são acusados de tentar extorquir o prefeito José Queiroz, que tentava aprovar alguns projetos, principalmente o da aquisição de um empréstimo de R\$ 250 milhões para implantar o sistema de BRT na cidade.

Assunto: Pedro Corrêa: local de prisão em PE ainda por decidir	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



Pedro Corrêa: local de prisão em PE ainda por decidir

Do Diário de Pernambuco - Andrea Cantarelli (especial)

O emprego com salário de R\$ 5 mil, horário flexível e jornada de trabalho de segunda a sexta-feira pode ficar só no desejo do ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), condenado a sete anos e dois meses pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento no escândalo do mensalão. Preso no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, e com autorização para ser transferido para Pernambuco, ele deve encontrar problemas na Vara de Execuções Penais (VEP) local para incluir como destino a cadeia pública da cidade de Jataúba, a 218 km do Recife.

Médico por formação, Corrêa recebeu oferta de trabalho do prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, Edson Vieira (PSDB), para atuar no Programa Saúde da Família (PSF) da cidade, localizada a 36 km de Jataúba. O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, Luiz Gomes da Rocha Neto, ainda aguarda o processo para definir o local de cumprimento da pena, mas adiantou que “é atípico uma pena ser cumprida numa cadeia pública”.

Ele também disse que “Jataúba só entra no contexto dos interessados”. A cidade foi escolhida por Pedro Corrêa, apesar de não figurar entre as unidades prisionais com direito ao regime semiaberto para os presos, porque a mulher dele, Adélia Corrêa, é proprietária da pousada Solar da Paixão, em Brejo da Madre de Deus, cidade localizada a 25 km de Jataúba.

Assunto: Assessor de Chacon exhibe intimação contra vereador	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 27/12/2013
Editoria:	Seção:



Assessor de Chacon exhibe intimação contra vereador

Consulta Processual 1º Grau

Visualização de texto de movimentação

Dados do Processo

NPU:	0003712-64.2013.8.17.1110
Data:	20/12/2013 16:44
Fase:	Audiência - Situação 20/12/2013 10:30

Texto

COMARCA DE PESQUEIRA - JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL

Carta Precatória nº. 003712-64.2013.8.17.1110

ASSENTADA

Aos 20 (vinte) dia do mês dezembro (12) de 2013, às 12-10 horas, na Vara Criminal da Comarca de Pesqueira - PE, presente se encontrava o Exmo. Sr. Juiz de Direito, Dr. ANDRÉ CARNEIRO DE ALBUQUERQUE SANTANA, em exercício cumulativo, comgo Técnico Judiciário abaixo assinada. Presente a Exma. Sra. Representante do Ministério Público, Dra. LIANA MENEZES SANTOS, em exercício cumulativo. Feito o pregão, ausentes os Acusados, LUIZ DA COSTA SALDANHA e JOBSON SOUZA SILVA, embora solitadas suas intimações (fs. 16). Ausente a testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal AUGUSTO SIMÕES MAIA ALMEIDA. Aberta a audiência, o MM. Juiz verificou que a testemunha havia sido regularmente intimada para a audiência do dia 06/12/2013 (fs. 15 v), mas esteve ausente (fs. 17), razão pela qual desobedeceu a ordem deste Juízo pelo que deve ser apurado o cometimento de eventual delito criminal. Por conta disso determino que seja enviado ao Ministério Público cópia integral da presente carta precatória com o fito de subsidiar o encaminhamento do Membro do Ministério Público no que diz respeito a infração. Redesigno a audiência para o dia 10/02/2014, às 11:00 horas. **Expede-se Mandado de condutale coercitiva. Nada mais a tratar, foi determinado o encerramento da audiência, da qual foi enviado o presente termo que segue devidamente assinado pelos presentes. Eu,** Carmen Lúcia Andrade Magalhães, digitei e subscrevo.

Juiz de Direito:

Promotora de Justiça:

O assessor do prefeito de Pesqueira, Evandro Chacon (PSB), João Jardim, enviou ao blog, há pouco, “a prova do delito criminal”, expedida pelo juiz André Carneiro de Albuquerque Santana, na qual é solicitada, segundo o assessor, “uso da força policial” para que o vereador Augusto Simões (PTB) compareça à audiência.

Leia a íntegra:

“Caro Magno.

Em respeito a você e aos seus leitores, estou enviando a prova do delito criminal para apuração da justiça, ora expedido pelo juiz da comarca de Pesqueira, Dr. André Carneiro de Albuquerque Santana, para que seja usada a força policial (coercitiva) para o acontecimento da audiência.

Grato,
João Jardim.”

Assunto: Caruaru: MPPE quer cassação dos dez vereadores presos	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



Caruaru: MPPE quer cassação dos dez vereadores presos

O MPPE também ingressou com uma ação cautelar de improbidade administrativa contra o grupo.

Ainda ontem, o juiz da Vara Pública de Caruaru, José Fernando Souza, deferiu uma liminar que anula a sessão legislativa que aprovou um pedido de empréstimo da prefeitura à Caixa Econômica Federal. Na sessão, os vereadores aprovaram um projeto de lei que permite à prefeitura contratar um financiamento, no valor de R\$ 250 milhões, para implantar o sistema BRT (Bus Rapid Transit) na cidade.

Assunto: A posse da nova mesa diretora do TJPE	
Veículo: Blog do Social 1	Data: 25/12/2013
Editoria:	Seção:



A posse da nova mesa diretora do TJPE

A posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco já tem data marcada. Os eleitos assumem os cargos no dia 6 de fevereiro do próximo ano. Frederico Neves responderá pela Presidência da Casa. Leopoldo Raposo e Fernando Ferreira assumem a 1ª e a 2ª Vices-Presidências, respectivamente. O cargo de corregedor geral da Justiça será ocupado pelo desembargador Eduardo Paurá.



O atual corregedor geral de Justiça, des. Frederico Neves, assumirá a presidência do TJPE, sucedendo Jovaldo Nunes. Foto: Assis Lima /Divulgação

A eleição aconteceu no dia 11 de novembro. Todos os integrantes da nova mesa diretora foram eleitos por unanimidade. Os escolhidos ocuparão os cargos durante o biênio 2014/2015. A nova mesa sucede a gestão comandada pelo presidente Jovaldo Nunes, que assumiu em fevereiro de 2012.

Assunto: Caruaru: vereadores conseguem liberdade provisória	
Veículo: Blog da Folha	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



Caruaru: vereadores conseguem liberdade provisória

Por Geison Macedo, do Portal [FolhaPE](#)

Oito dos dez vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final, da Polícia Civil, conseguiram a liberdade provisória nesta terça-feira (24), véspera de Natal. Advogados dos políticos haviam solicitado os habeas corpus para o plantão do Tribunal de Justiça, que deferiu o pedido. Até o fim da tarde, os únicos que ainda não haviam conseguido a liberdade eram Jádial Nascimento (PROS) e Eduardo Cantarelli (PS). No entanto, segundo informações da Secretaria Jurídica da Câmara de Vereadores, ambos também aguardavam a expedição dos documentos para serem liberados da prisão ainda hoje.

“Todos os dez vereadores presos na operação devem conseguir a liberação ainda nesta terça-feira”, informou o secretário Jurídico, Bruno Martins. Segundo ele, o juiz de plantão Pierre Souto Maior, da 2ª Vara Criminal de Caruaru, já recebeu o e-mail do Tribunal de Justiça para que os alvarás de soltura de parte dos vereadores fossem expedidos. Outra notificação referente à liberação de Jádial e Cantarelli ficou de ser encaminhada para o juiz de plantão ainda nesta terça.

Apesar da liberação dos suspeitos, Bruno Martins informou que a Câmara de Vereadores de Caruaru ainda não foi notificada sobre a soltura dos políticos. O secretário Jurídico da casa disse que as informações sobre o deferimento do pedido de habeas corpus foram repassadas pelos advogados dos parlamentares, já que somente eles têm acesso ao processo, pois as investigações correm em sigilo judicial.

O legislativo municipal está em período de recesso e só retomará as atividades no dia 02 de janeiro. “Caso não haja nenhuma novidade jurídica e o desembargador que concedeu a liberdade provisória entenda que os vereadores não precisam ter os mandatos suspensos, os políticos estão aptos a reassumir os cargos”, explicou Bruno Martins.

A ordem de prisão dos vereadores partiu do juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Francisco Assis de Moraes Júnior. Os políticos são acusados de tentar obter vantagens indevidas para aprovar projetos do Executivo na Câmara Municipal. Entre os presos, Jádial Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB) são da base do governo, enquanto que Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (PS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) atuam no campo da oposição.

Segundo informações que constam no inquérito, os parlamentares exigiram do Executivo R\$ 2 milhões, que seriam rateados com a aprovação do empréstimo para a construção do BRT (Bus Rapid Transit) em Caruaru. A aprovação aconteceu na noite da última terça-feira e aprovada com 17 votos favoráveis. O empréstimo é de R\$ 250 milhões e será contraído junto ao BNDES.

Assunto: Clóvis Corrêa diz que Pedro ficará no Cotel até dia 2	
Veículo: Blog da Folha	Data: 28/12/2013
Editoria:	Seção:



Clóvis Corrêa diz que Pedro ficará no Cotel até dia 2

Depois de ficar sabendo das condições da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI), Clóvis Corrêa, primo do ex-deputado federal Pedro Corrêa, condenado no processo do mensalão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, afirmou, neste sábado (28), que o ex-parlamentar ficará no Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Luna (Cotel) até pelo menos o dia 2 de janeiro.

Clóvis Corrêa denunciará abuso de poder na prisão do primo

Depois que desembarcou no Recife, na última sexta-feira (27), a intenção inicial da Polícia Federal era levá-lo direto para a PAI, mas seu primo, contou que o próprio diretor do presídio, Ricardo Pereira, recomendou que a transferência só ocorresse após as festividades de fim de ano por ser uma época de maior tumulto. “Pedro Corrêa não quer ser privilegiado, mas é preciso alertar para a falta de estrutura e segurança da PAI. Os presos andam 200 metros entre pessoas que cometeram crimes brutais para chegar até a cela. Estamos preocupados com a integridade física dele. Pedro não cometeu nenhum crime, não matou ninguém”, declarou Clóvis Corrêa, afirmando, ainda, que a responsabilidade pela segurança do ex-deputado é do Estado.

Segundo Clóvis, apenas quatro presídios em Pernambuco tem o regime semiaberto. “Além da PAI, em Canhotinho, Petrolina e Salgueiro. O grande problema é a distância para Pedro Corrêa se deslocar todos os dias trabalhar no Recife. Vamos analisar o melhor local e tomar a decisão após a virada do ano”, adiantou o primo do preso.

Ao site G1, o juiz titular da 1º Vara das Execuções Penais em Pernambuco, Luiz Rocha, confirmou o pedido da família. “A família pediu que ele permanecesse no Cotel até os primeiros dias de janeiro, por motivos de segurança”, disse o magistrado, por telefone. De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria de Ressocialização de Pernambuco (Seres), na documentação enviada por Brasília, não havia discriminado em qual presídio ele deveria cumprir sua sentença, por isso foi levado para o Cotel, onde está até o momento em uma cela comum.

Assunto: Caruaru: vereadores conseguem liberdade provisória	
Veículo: Blog da Folha	Data: 24/12/2013
Editoria:	Seção:



Caruaru: vereadores conseguem liberdade provisória

Por Geison Macedo, do Portal **FolhaPE**

Oito dos dez vereadores de Caruaru presos na Operação Ponto Final, da Polícia Civil, conseguiram a liberdade provisória nesta terça-feira (24), véspera de Natal. Advogados dos políticos haviam solicitado os habeas corpus para o plantão do Tribunal de Justiça, que deferiu o pedido. Até o fim da tarde, os únicos que ainda não haviam conseguido a liberdade eram Jádial Nascimento (PROS) e Eduardo Cantarelli (PS). No entanto, segundo informações da Secretaria Jurídica da Câmara de Vereadores, ambos também aguardavam a expedição dos documentos para serem liberados da prisão ainda hoje.

“Todos os dez vereadores presos na operação devem conseguir a liberação ainda nesta terça-feira”, informou o secretário Jurídico, Bruno Martins. Segundo ele, o juiz de plantão Pierre Souto Maior, da 2ª Vara Criminal de Caruaru, já recebeu o e-mail do Tribunal de Justiça para que os alvarás de soltura de parte dos vereadores fossem expedidos. Outra notificação referente à liberação de Jádial e Cantarelli ficou de ser encaminhada para o juiz de plantão ainda nesta terça.

Apesar da liberação dos suspeitos, Bruno Martins informou que a Câmara de Vereadores de Caruaru ainda não foi notificada sobre a soltura dos políticos. O secretário Jurídico da casa disse que as informações sobre o deferimento do pedido de habeas corpus foram repassadas pelos advogados dos parlamentares, já que somente eles têm acesso ao processo, pois as investigações correm em sigilo judicial.

O legislativo municipal está em período de recesso e só retomará as atividades no dia 02 de janeiro. “Caso não haja nenhuma novidade jurídica e o desembargador que concedeu a liberdade provisória entenda que os vereadores não precisam ter os mandatos suspensos, os políticos estão aptos a reassumir os cargos”, explicou Bruno Martins.

A ordem de prisão dos vereadores partiu do juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Francisco Assis de Moraes Júnior. Os políticos são acusados de tentar obter vantagens indevidas para aprovar projetos do Executivo na Câmara Municipal. Entre os presos, Jádial Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB) são da base do governo, enquanto que Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (PS), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) atuam no campo da oposição.

Segundo informações que constam no inquérito, os parlamentares exigiram do Executivo R\$ 2 milhões, que seriam rateados com a aprovação do empréstimo para a construção do BRT (Bus Rapid Transit) em Caruaru. A aprovação aconteceu na noite da última terça-feira e aprovada com 17 votos favoráveis. O empréstimo é de R\$ 250 milhões e será contraído junto ao BNDES